

**FACULDADE VALE DO CRICARÉ
MESTRADO PROFISSIONAL EM GESTÃO SOCIAL,
EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL**

ODINAN ALVES VIEIRA ARAUJO

**UM ESTUDO SOBRE AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE DESENVOLVIMENTO DA
ZONA RURAL DO MUNÍCIPIO DE ÁGUA DOCE DO NORTE/ES**

**São Mateus
2016**

ODINAN ALVES VIEIRA ARAUJO

**UM ESTUDO SOBRE AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE DESENVOLVIMENTO DA
ZONA RURAL DO MUNÍCIPIO DE ÁGUA DOCE DO NORTE/ES**

Dissertação apresentada à Faculdade Vale do Cricaré para obtenção do título de Mestre Profissional em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Regional.

Área de Concentração: Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Regional I.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Lilian Pittol Firme de Oliveira

São Mateus

2016

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na publicação
Mestrado Profissional em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Regional
Faculdade Vale do Cricaré – São Mateus - ES

A663e

ARAUJO, Ordinan Alves Vieira.

Um estudo sobre as políticas públicas de desenvolvimento da zona rural do município de Água Doce do Norte/ES / Ordinan Alves Vieira Araujo – São Mateus - ES, 2016.

80 f.: il.

Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Regional) – Faculdade Vale do Cricaré, São Mateus - ES, 2016.

Orientação: Prof.^a Dr.^a Lilian Pittol Firme de Oliveira.

1. Agricultura Familiar. 2. Políticas públicas - Agricultura. 3. Desenvolvimento econômico. 4. Programas governamentais - Agricultura I. Título.

ODINAN ALVES VIEIRA ARAUJO

UM ESTUDO SOBRE AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE
DESENVOLVIMENTO DA ZONA RURAL DO MUNICÍPIO DE
ÁGUA DOCE DO NORTE - ES

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Regional da Faculdade Vale do Cricaré (FVC), como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Regional, na área de concentração Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Regional.

Aprovada em 04 de novembro de 2016.

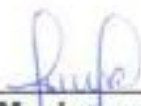
COMISSÃO EXAMINADORA



Profa. Dra. Lillian Pittol Firme de Oliveira
Faculdade Vale do Cricaré (FVC)
Orientadora



Profa. Dra. Désirée Gonçalves Raggi
Faculdade Vale do Cricaré (FVC)



Profa. Me. Luana Frigulha Guisso
Faculdade Vale do Cricaré (FVC)



Profa. Dra. Kátia Gonçalves Castor
Instituto Federal do Espírito Santo (IFES)

AGRADECIMENTOS

Ao Senhor Deus, que me ajudou até aqui e me deu a oportunidade de iniciar este curso e forças para concluí-lo.

Ao meu esposo Francisco Valentim, companheiro de todas as viagens a São Mateus, e que sempre me incentivou a continuar.

A minha Tia Duty, que me proporcionou ajuda quando precisei, com conversas interessantes sobre o trabalho.

A minha orientadora Prof^a. Dr^a. Lilian Pittol Firme de Oliveira, que nesse período contribuiu muito para meu amadurecimento intelectual e científico.

Aos agricultores familiares, membros do sindicato rural, pelo acesso às informações pertinentes ao desenvolvimento deste estudo.

RESUMO

ARAUJO, O. A. V. **Um estudo sobre as políticas públicas de desenvolvimento da zona rural do município de Água Doce do Norte/ES.** 2016. 72 f. Dissertação (Mestrado profissional) – Faculdade Vale do Cricaré, São Mateus, 2016.

O município de Água Doce do Norte - Espírito Santo tem alcançado um desenvolvimento na área rural muito importante a partir do emprego das políticas públicas, fato que trouxe aos camponeses novos incentivos e oportunidades de ampliar e diversificar a produção e, assim obterem desenvolvimento econômico e melhorias em sua qualidade de vida econômica. Esta pesquisa descreve como as políticas públicas para fixação do homem no campo estão sendo implementadas na agricultura familiar desse município. Para alcançar esse objetivo, foram feitas entrevistas com os líderes sindicais, foram observadas as reuniões ordinárias de duas associações de produtores rurais e foram entrevistados seis agricultores que mais se destacaram em termos de desenvolvimento econômico e social. Foram analisados quatro programas governamentais considerados relevantes, o Programa de Aquisição de Alimentos, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária e o Programa Nacional de Habitação Rural. A análise está pautada nos depoimentos dos sujeitos da pesquisa e nas mudanças observadas no cenário agrícola, ocorridas entre os anos 2002 e 2015, em função das políticas voltadas para a Agricultura Familiar. Para fundamentar teoricamente foram utilizados os estudos de Grisa, Schneider, Soprani, Abramovay & Morello e Vesentini. Concluiu-se que as políticas públicas foram eficazes na medida em que contribuíram com a minimização do êxodo rural e garantiu crescimento no poder econômico dos camponeses da região.

Palavras-chave: Agricultura familiar, Políticas públicas.

ABSTRACT

ARAUJO, O. A. V. **A study of public policy development of the rural municipality of North Freshwater** / ES. 2016. 72 f. Dissertation (Professional Master) – Faculdade Vale do Cricaré, São Mateus, 2016.

The city of Água Doce do Norte - Espírito Santo has reached a very important rural development from the use of public policies, a fact that brought to the peasants new incentives and opportunities to expand and diversify the production and thus obtain economic development and improvements in its quality of economic life. This research describes how the public policies for fixing man in the field are being implemented in the family agriculture of this municipality. To achieve this goal, interviews were conducted with the union leaders, the regular meetings of two farmers' associations were observed, and six farmers were interviewed who stood out in terms of economic and social development. Four government programs considered relevant, the Food Acquisition Program, the National Program for Strengthening Family Agriculture, the National Program for Education in Agrarian Reform and the National Rural Housing Program were analyzed. The analysis is based on the statements of the research subjects and the changes observed in the agricultural scenario, which occurred between the years 2002 and 2015, as a result of the policies aimed at Family Agriculture. In order to base theoretically the studies of Grisa, Schneider, Soprani, Abramovay & Morello and Vesentini were used. It was concluded that public policies were effective in that they contributed to the minimization of the rural exodus and guaranteed growth in the economic power of the peasants of the region.

Keywords: Family agriculture, Public policies.

LISTAS DE SIGLAS

| | |
|------------|--|
| ATER | Assistência Técnica e Extensão Rural |
| CEASA | Centrais de Abastecimento do Espírito Santo |
| DAP | Declaração de Aptidão ao Pronaf |
| FAO | Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura |
| FNDE | Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação |
| IBGE | Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística |
| INCAPER | Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural |
| MDA | Ministério do Desenvolvimento Agrário |
| MPA | Movimento dos Pequenos Agricultores |
| PAA | Programa de Aquisição de Alimentos |
| PIB | Produto Interno Bruto |
| PNER | Plano Nacional de Educação Rural |
| PNHR | Programa Nacional de Habitação Rural |
| PNRA | Plano Nacional de Reforma Agrária |
| PRONACAMPO | Programa Nacional de Educação do Campo |
| PRONAF | Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura |
| PRONATEC | Programa Nacional de Aceleração ao Ensino Técnico e Emprego |
| PRONERA | Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária |
| SAF | Secretaria da Agricultura Familiar |
| SINDILIMPE | Sindicato de limpeza pública do Espírito Santo |
| STR | Sindicato dos Trabalhadores Rurais |
| UTE | Unidade Técnica Estadual |

LISTA DE FIGURAS

| | |
|---|----|
| Figura 1 - Localização Territorial de Água Doce do Norte..... | 33 |
| Figura 2 - Presença Hídrica e Mata Atlântica | 34 |
| Figura 3 - Eixos do Plano Camponês..... | 37 |
| Figura 4 - Mapa de Água Doce do Norte - Espírito Santo | 39 |
| Figura 5 - Reunião das camponesas para elaborar agenda de curso | 43 |
| Figura 6 - Reunião da Associação Córrego da Pipoca..... | 43 |
| Figura 7 - Produtores recebendo do governo do Estado as | 45 |
| Figura 8 - Cultivo de hortaliças em duas propriedades | 47 |
| Figura 9 - Agricultores familiar na colheita do café..... | 47 |
| Figura 10 - Principais políticas sugeridas pelo Programa Fome Zero para superação da fome | 50 |
| Figura 11 - Vendas da produção na feira livre do município | 54 |
| Figura 12 - Reunião de capacitação dos agricultores familiar | 54 |
| Figura 13 - Transformação na habitação (ano 2004 – 2015) | 56 |

LISTA DE TABELAS

| | |
|--|----|
| Tabela 1 - Aspectos da Estratificação Fundiária | 34 |
| Tabela 2 - Associação de agricultores familiares existentes no município | 35 |
| Tabela 3 - Síntese das modalidades de execução do PAA em 2014..... | 48 |
| Tabela 4 - Repasse de verbas do FNDE..... | 67 |
| Tabela 5 - Valores transferidos aos produtores de Água Doce do Norte por meio do PNAE..... | 68 |

SUMÁRIO

| | |
|--|-----------|
| 1 INTRODUÇÃO | 12 |
| 1.1 JUSTIFICATIVA | 17 |
| 1.2 Objetivo Geral | 19 |
| 1.2.1 Objetivos Específicos | 19 |
| 2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA | 21 |
| 2.1 HISTÓRIA DA LUTA E CONQUISTA NO CAMPO | 21 |
| 2.2 O REFLEXO LOCAL DA LUTA ORGANIZADA PELA REFORMA AGRÁRIA | 25 |
| 2.3 A APLICAÇÃO DA POLÍTICA PÚBLICA NA REFORMA ESCOLAR | 28 |
| 2.4 A APLICAÇÃO DA POLITICA PUBLICA NA MORADIA RURAL | 30 |
| 2.5 OS ASPECTOS FUNDIARIOS E OS RECURSOS NATURAIS..... | 32 |
| 2.6 ORGANIZAÇÕES EXISTENTES NO MUNICÍPIO..... | 35 |
| 3 METODOLOGIA | 39 |
| 4 RESULTADOS | 42 |
| 4.1 ENCONTROS COM OS REPRESENTANTES DE CLASSE E AGRICULTORES FAMILIARES | 42 |
| 4.2 ANÁLISE DO PROGRAMA PAA..... | 46 |
| 4.3 APLICAÇÃO DA POLÍTICA PÚBLICA PARA OS AGRICULTORES FAMILIARES DE ÁGUA DOCE DO NORTE..... | 52 |
| 4.4 O FORTALECIMENTO DAS ASSOCIAÇÕES COM A APLICAÇÃO DAS VENDAS DA PRODUÇÃO | 61 |
| 4.5 RESULTADO DA COMPRA DA MERENDA ESCOLAR DIRETA DA GRICULTURA FAMILIAR..... | 67 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS E CONCLUSÕES | 73 |
| REFERÊNCIAS | 75 |
| APÊNDICE | 78 |
| APÊNDICE A..... | 79 |
| APÊNDICE B..... | 80 |

1 INTRODUÇÃO

Água Doce do Norte está localizada ao Noroeste do Estado do Espírito Santo, é uma cidade que possui população estimada em 12.025 habitantes em 2015, área da unidade territorial 473,729 km², com densidade demográfica de 24,85 hab./km² (IBGE, 2015). É pequena, mas vem apresentando algumas mudanças no contexto recente, principalmente as relacionadas à permanência de agricultores familiares no campo. Sua zona rural é constituída de pequenas e medias propriedades, não havendo, até o presente momento, registros de nenhum assentamento de reforma agrária.

Existe uma população de trabalhadores rurais que migraram para a sede municipal urbana, sem qualificação profissional para ocupar os poucos postos de trabalho que a pequena cidade oferece. Desse modo, migrantes deste e de outros municípios integram um bolsão de pobreza, sobrevivem com a renda que percebem do Programa Bolsa Família e anseiam por uma política que os traria condições mais propícias de trabalho. Todavia, não sabem ou não conseguem se organizar em assentamentos por medo de perderem as suas moradias.

A zona rural brasileira sofreu um movimento migratório intenso e foi expressiva de 1960 a 1980 (ALVES, SOUZA & MARRA, 2011, p. 80). A intensidade pela qual se deu esse esvaziamento, no município de Água Doce do Norte, foi devida ao temor dos proprietários de perderem suas terras pela Lei do Usucapião (nº 6.969/81). Esse temor provocou a dispensa dos meeiros. Além disso, os filhos dos pequenos produtores também se viram obrigados a partir em busca de melhores condições de vida. Vislumbraram, assim, a utopia de obter nos centros urbanos condições para uma vida economicamente mais vantajosa (SENE, 2014, p.145), “[...] na maioria dos casos, esses imigrantes se deslocavam para as cidades com pouquíssimo dinheiro e em condições muito precárias”.

Por muito tempo, o município foi distrito de Barra de São Francisco e, nessa categoria, o então distrito não recebia a atenção necessária para se desenvolver. O acesso aos investimentos era escasso, os agricultores recebiam poucas informações e a falta de organização em cooperativas e associações agravava esse

quadro. Entretanto, após sua emancipação, o desenvolvimento na zona rural foi possibilitado pelas políticas públicas implantadas, fator que vem elevando a renda familiar e concorrendo para mudança no cenário econômico rural.

Um dos primeiros atos legislativos decorrentes da emancipação de Água Doce do Norte foi a promulgação da Lei Orgânica Municipal 001/1990, que permitiu o direito à assistência e fortaleceu mecanismos de incentivo ao trabalhador rural. Assim estabelece o art. 133:

É obrigação do município, com assistência do estado, implementar e diversificar a política agrícola, objetivando principalmente o incentivo à produção nas pequenas propriedades, através do desenvolvimento de tecnologia compatível com as condições sócio-econômica-culturais dos ecossistemas regionais, de forma a garantir a exploração autossustentada dos recursos disponíveis.

Houve um momento histórico que, sem mão de obra suficiente para manutenção das atividades agrícolas, o plantio cedeu lugar à agropecuária, na região de Água Doce do Norte. Contudo as pequenas propriedades não apresentavam características topográficas adequadas para exploração dessa atividade. Isso somado ao quase desaparecimento da agricultura, o município sofreu uma verdadeira decadência em sua economia. Nesse contexto, a permanência do agricultor no campo passou a se constituir em um enorme desafio para o município.

No entanto, estando inserida nesse contexto social, fui testemunha ocular do movimento migratório ocorrido ao longo de 10 anos. Uma observação chamou-me particularmente a atenção: nos últimos anos, percebi um avanço na qualificação profissional dos filhos dessas famílias rurais, que puseram em prática as técnicas aprendidas para atuar nas atividades agrícolas, nas respectivas propriedades.

Assim, pude notar as mudanças econômicas concretizadas nas vidas dos pequenos e médios agricultores do município de Água Doce do Norte/ES, que estão ilustradas no Gráfico 1 e representa o aumento da renda *per capita* dos habitantes de Água Doce do Norte, ao longo de 20 anos. Esta saltou de R\$ 120,00 para 377,39. Um ganho real de mais de 300 pontos percentuais. Esse foi um reflexo da implementação das políticas públicas voltadas para os pequenos agricultores

familiares, no município alvo deste estudo. Percebi também a articulação social em grupos organizados, os movimentos das associações e do Sindicato Rural em busca de interesses comuns e tive a nítida percepção de que essa união foi determinante para as conquistas realizadas e para refrear o êxodo que predominava em períodos históricos passados.

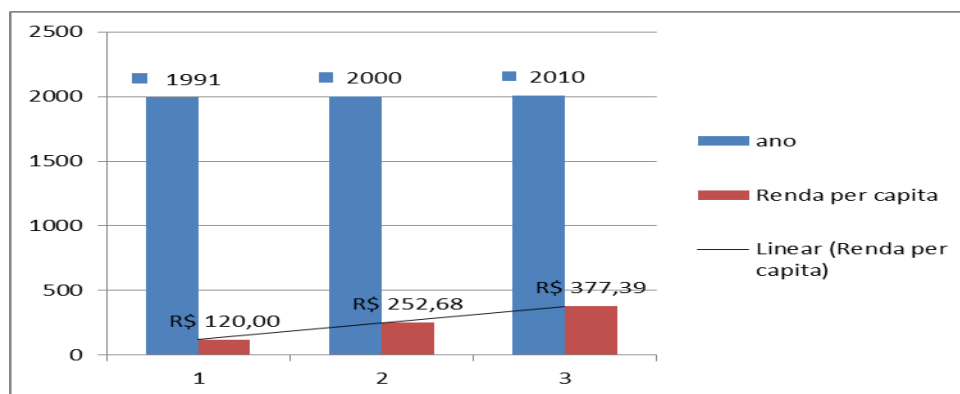


Gráfico 1- Crescimento da renda entre 1991 e 2010

Fonte: http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/agua-doce-do-norte_es#renda

Atualmente, o espaço geográfico possui uma boa distribuição fundiária com um número considerável de pequenas propriedades, onde predomina a agricultura familiar¹. Nesse contexto, medidas vêm sendo tomadas para efetivar o homem rural em seu local de trabalho, sendo uma delas a legalização das propriedades com terras devolutas. Isso porque, sem o devido registro das propriedades, surgem dificuldades ao acesso a alguns benefícios e às vantagens oferecidas pelas políticas públicas criadas nos últimos quinze anos, sobretudo no crédito e financiamento destinado ao produtor rural.

Nas duas últimas décadas, tem-se observado entre os agricultores familiares desse município, um incremento na diversificação produtiva, que concorre para um aumento da renda que reflete em uma maior estabilidade econômica. Esse fenômeno parece estar relacionado aos incentivos promovidos pelas ações governamentais que redundam em apoio à agropecuária campesina. Entre as principais políticas públicas de apoio aos pequenos e médios proprietários rurais

¹ Processo produtivo dirigido diretamente pelos proprietários, com destaque para a diversificação e a qualidade de vida (GUAITOLINI, R.N., 2015, p. 22). Utiliza predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento (BRASIL, 2006)

destacam-se o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura (PRONAF), Programa Luz para Todos, Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR), Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), que são programas do governo federal implantados no município com a finalidade de elevar o padrão de vida econômico e manter o homem no campo.

A implementação dos referidos programas impulsionou o trabalho coletivo, que passou fazer parte da vida social dos pequenos produtores de Água Doce do Norte. Somente a partir da união em prol de uma causa comum, esses trabalhadores tiveram suas reivindicações atendidas. A prática de ações interativas e articuladas facilitou e favoreceu o alcance de benefícios, bem como fortaleceu a classe na conquista de objetivos comuns.

As organizações estabelecidas em rede, como associações, cooperativas e sindicatos, possibilitaram as transformações no perfil daqueles homens e mulheres camponeses, que ao se integrarem, puderam adquirir novos conhecimentos e aprenderam no percurso, novos saberes e noções de direitos. Anteriormente, viviam à mercê da esperança e morriam sem conquistar um padrão econômico, mais ou menos estável.

Município com economia rural, que ao longo de muitos anos arrecadava somente com a produção do café e do leite, tem hoje em grande escala 754 (setecentos e cinquenta e quatro) pequenas propriedades (minifúndios), destinadas à agricultura familiar. Esses agricultores familiares estão aprendendo a investir e produzir de forma diversificada, e a utilizar os benefícios e incentivos do governo para ampliar suas atividades, dando, então, à zona rural uma nova característica de vida social. São consideradas pequenas propriedades de agricultura familiar pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) aquelas com até quatro módulos fiscais, sendo o módulo fiscal equivalente a vinte hectares (INCAPER, 2013).

A organização da produção incorporada às novas técnicas contribui para o aparecimento de um novo perfil do homem do campo, com o trabalho desempenhado e direcionado para a forma diversificada, em que toda a família é incluída. À medida que chega o conhecimento dos planos do governo para fixar o homem no campo, timidamente agricultores vão direcionando sua produção sob essa nova política, inserindo na agricultura local a dinâmica do modelo de desenvolvimento adotado no país, que é o de estímulos à produção familiar. Dessa forma, a transformação ao longo do tempo cria possibilidades de uma relação mais estável ao homem e o meio rural. Segundo (OLIVA E GIANANTI, 1997, p. 60)

“ [...] É o caso da produção agropecuária...que essa atividade transformou-se num ramo particular da indústria. De fato pelo menos, no que se refere as inovações tecnológicas, isso parece ter sentido. Destacam-se as pesquisas no campo da biotecnologia e da zootecnia e avanços tecnológicos na área dos implementos agrícolas. Essas transformações tem alterado a face do chamado setor primário da economia.

A falta de conhecimento se configurava como um dos grandes desafios para mobilizar a vida no interior do município. Hoje, os produtores têm se organizado em associações de pequenos agricultores rurais onde buscam trabalhar em conjunto, pois têm mais chances de suas reivindicações serem contempladas. Além disso, a união dos associados gera incentivos para a inserção dos filhos nas escolas agrícolas, que têm como prerrogativa a educação direcionada à formação e permanência do homem do campo. De acordo com (JESUS E TRARBACH, 2013, p.17), “[...] redimensionar a partir dos saberes dos camponeses e dos saberes que estes demandam da escola para fortalecer lutas pela humanização do campo e das cidades”.

Apreciar diretamente as transformações ocorridas nas vidas dessas famílias, ao longo de dez anos, despertou em mim, o desejo de conhecer quais fatores e aspectos fizeram com que esses sujeitos deixassem de migrar para os centros urbanos e permanecessem e/ou retornassem para o campo. Essa inquietação me motivou para realizar esse estudo que apresenta a seguinte questão de investigação: **As Políticas Públicas para a agricultura familiar implementadas em Água Doce do Norte contribuíram para a permanência dos agricultores do campo?**

Da pergunta central derivam outras questões: Quais fatores levaram os pequenos e médios agricultores à conquista de autonomia na organização que frutificaram nas transformações agrícolas presentes no município? Quais motivos impulsionaram o êxodo rural até o ano 2000? O que contribuiu para a implantação da pecuária sem que as terras tivessem características geográficas para tal? Que fatores contribuíram para que alguns poucos campesinos² resistissem e permanecessem em suas terras? Essas questões motivaram o desenvolvimento deste estudo.

Estas indagações exigiram retroceder algumas décadas na análise para compreender como se deu o processo de apoio do Estado para a agricultura, quais foram os atores sociais envolvidos, quais eram suas ideias, como ocorreu o processo de negociação das políticas públicas e os instrumentos institucionalizados e quais foram os instrumentos, meios, técnicas de divulgação e contatos para dar a correta orientação do homem do campo.

1.1 JUSTIFICATIVA

É inquestionável a importância da agricultura e pecuária para a vida dos povos. No entanto, o desenvolvimento em sistemas produtivos extensivos é bem questionável pelos prejuízos ambientais dele decorrentes. Daí a importância dos benefícios sociais e ambientais promovidos pelas pequenas propriedades, porque provocam menor impacto nos recursos naturais e diversificam suas práticas de cultivo. Utilizam menores mananciais de água, saturam o solo em muito menores proporções e muitas vezes utilizam fontes energia renováveis, como o biocombustível. Logo, a preservação do sistema familiar no campo beneficia diretamente aqueles que dela usufruem e também a toda a sociedade.

O interesse motivador está centrado no seguinte fato: Sou filha de produtor rural nascida nesse município, e não contemplada por essas políticas, tenho percorrido um caminho solitário até aqui. Observo as conquistas dos filhos dos camponeses

² Campesino – relativo ao homem do campo.

que já estão usufruindo dos cursos oferecidos pelo governo, com o objetivo de capacitar para permanecer no campo. É estimulante quando se visualiza a mudança econômica e intelectual adquirida pela união de esforços comuns àqueles que se destacam em busca da qualificação profissional. Recebem ajuda e apoio afetivo, elogios dos líderes imediatos, o que contribui para terem boa autoestima. Portanto, as políticas públicas evitaram a paralisação do êxodo rural e o redirecionamento do cultivo fez toda diferença para o novo perfil, embora ainda haja muito por fazer no caminho do desenvolvimento que já se iniciou.

Por meio da legalização das propriedades rurais, o governo tem criado condições para que uma fração dos camponeses amplie a produção da agricultura familiar. Nesse processo, alguns proprietários registraram as escrituras com doação do governo do Estado e isso facilita a chegada de fomentos para os proprietários rurais.

Com o PRONATEC campo os trabalhadores tiveram acesso aos cursos de educação profissional e tecnológica para jovens e adultos da área rural. Esse programa se constitui em regime de parceria entre os ministérios do Desenvolvimento Agrário (MDA) e da Educação (MEC). A ação faz parte do Programa Nacional de Educação do Campo (PRONACAMPO) (BRASIL, 2013). Pequenas propriedades que irão usufruir dos benefícios poderão sistematizar o emprego de novas técnicas. Esse empreendimento visa auxiliar o produtor familiar a organizar melhor seus plantios, pois preparam o produtor e sua família para qualificações profissionais específicas suas demandas produtivas.

Ao investigar, analisar e sistematizar os resultados, este estudo registra os fatos, a partir das manifestações dos atores sociais envolvidos a fim de apresentar a configuração da realidade agrícola do município.

1.2 Objetivo Geral

- Descrever como as políticas públicas para fixação do homem no campo estão sendo implementadas na agricultura familiar do Município de Água Doce do Norte/ES.

1.2.1 Objetivos Específicos

- Compreender por meio da investigação a distribuição de políticas públicas de investimento no desenvolvimento sustentável no setor rural. Assistindo reuniões das associações e entrevistas com os diretores do Sindicato Rural.
- Investigar os benefícios dos programas de políticas públicas voltados para a agricultura familiar.
- Elaborar um relato baseado nas visitas às propriedades dos pequenos produtores atendidos pelas políticas públicas, registrando em fotos e entrevistas a realidade atual da população rural campesina, demonstrando a permanência dela no campo.
- Propor ações que colaborem com o aproveitamento dos recursos disponíveis já existentes no meio ambiente rural e no fortalecimento de captação de recursos financeiros.

Essa dissertação está assim estruturada: O primeiro capítulo descreve o cenário em que se deu o fenômeno do êxodo rural e, na sequência os fatos que demarcaram a permanência da agricultura familiar no município de Água Doce do Norte. Descrevem-se também os estímulos e inquietações que motivaram.

O segundo capítulo abrange os aspectos teóricos que fundamentam a pesquisa e está dividido em seis itens. O item 1 traça a história da luta e as conquistas no campo; o item 2 discute o reflexo local da luta organizada pela reforma agrária; o item 3 descreve como se deu a aplicação da política pública na moradia rural; no item 4 apresentam-se os aspectos fundiários e os recursos naturais e o item 5, apresenta as organizações presentes no município.

O terceiro capítulo expõe o percurso metodológico, evidenciando o método e as técnicas que permitiram responder a questão da investigação e alcançar o objetivo proposto.

No quarto capítulo discutem-se os resultados que são apresentados em subitens: Os encontros com os representantes de classe e agricultores familiares; o Programa de Aquisição de Alimentos; Como se deu a aplicação da política pública para os agricultores familiares de água doce do norte; em seguida se descreve como as associações se fortaleceram, a partir das vendas da produção. Por último, são apresentados os resultados obtidos com a venda de alimentos para a merenda escolar diretamente dos produtos oriundos da agricultura familiar. Finalmente, apresentam-se no quinto capítulo, as considerações finais.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 HISTÓRIA DA LUTA E CONQUISTA NO CAMPO

Entre mudanças e permanências, avanços e contradições à zona rural brasileira vêm se desenvolvendo e se configurando. Esse cenário é demarcado pelas trajetórias oriundas de ações públicas, que são muitas vezes permeadas de incoerências entre si. Os autores afirmam que, nesse contexto a segurança alimentar e nutricional e da sustentabilidade ambiental são os pilares de referência para a organização de “[...] programas especificamente dirigidos à agricultura familiar, por sua vez, categoria que abrange uma diversidade social e identitária geradora de demandas específicas (GRISA e SHINEIDER, 2015, p.9).

Até poucas décadas, o conceito de agricultura familiar ainda não era reconhecido no país. Havia somente lutas reivindicando melhorias para as condições sociais concretas do campo. Posteriormente, a população rural pôde se assegurar das firmes conquistas por melhor qualidade social, que vem rompendo com contradições imposta no espaço. Ao fazer uma análise de toda trajetória de luta obteve-se desempenho econômico, social e político da sociedade em questão, o que tratou de qualificar os incentivos dado ao povo camponês, que está se organizando melhor (LOPES, 2007).

Nas últimas três décadas, relações novas entre Estado e sociedade civil foram fixadas criando espaços de diálogo com a participação social, originando novos atores políticos no cenário municipal que levaram as informações para o meio rural emergindo como agentes de mudanças sociais, pensando na permanência na terra fazendo fluir novas perspectivas com técnicas diferenciadas para o trabalho dos produtores rurais.

A chegada do poder público até o setor rural proporcionou a abertura de estradas e carreadores (estrada estreita no meio das lavouras), bem como sua conservação e o uso da patrol para abertura de terreiros para a secagem do café. Até bem pouco a tecnologia se restringia às máquinas para beneficiar café e arroz e ficavam na sede

do município. Tais fatores concorriam para dificultar o transporte da produção e aumentavam a poluição do ar pelo efeito da fumaça, poeira e os dejetos causados pelos animais de carga.

Nos últimos trinta anos, esse cenário de tecnologias rudimentares foi sendo substituído por uma paisagem que denotava certo desenvolvimento: a rodovia pavimentada, a chegada dos caminhões de transportes, a transposição das máquinas de beneficiar da sede para o interior das propriedades, a consolidação do Sindicato Rural e a organização dos trabalhadores rurais em associações. Além dessas mudanças, o leite passou a ser vendido para as cooperativas de outros municípios. Tais mudanças, que ainda estão em curso, fizeram parte da vida social dos agricultores familiares, uma categoria social e política que passou a ser reconhecida pelo Estado brasileiro a partir dos anos 2000. Novos referenciais e setores orientaram as ações do Estado e permitiram redefinir regras e entendimentos que afetaram de alguma forma as condições socioeconômicas da população, especialmente a do meio rural (ABRAMOVAY e MORELLO, 2010).

Para efetivação das mudanças que concorrem para o desenvolvimento de uma determinada comunidade, é imprescindível o acesso às informações pertinentes, bem como o desejo coletivo de transformar suas próprias condições. Nesse sentido, surgem os movimentos e articulações que promovem as lutas travadas pelo homem do campo. E são responsáveis em relacionar as diferentes linhas de pensamento em que consiste o aprendizado, permitindo que as minorias enxerguem e se apropriem do direito de cidadania como parte intrínseca do sistema de gestão rural, no sentido de valorizar a diversidade (SOPRANI, 2009).

A educação propicia ao cidadão o esclarecimento sobre suas condições sociais e favorece a luta para conquista de direitos. Nesse aspecto, a Educação do Campo nasce comprometida com a transformação das condições de vida do povo brasileiro que vive do campo. Sua preocupação é elevar os níveis de escolarização dos camponeses dentro do seu território e seu espaço de vivência.

A Secretaria da Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário (SAF/MDA), em 2001, contemplou como missão a consolidação da agricultura familiar, de modo a promover o progresso local sustentável por meio da valorização humana e da negociação política com representantes da sociedade. Nesses debates, por meio do diálogo com os segmentos sociais envolvidos, buscou respeitar os desejos e anseios das organizações sociais, praticando os princípios da descentralização do investimento com responsabilidade, e assumiu como prerrogativa a desconcentração articulada do Estado e municípios. Sobre as novas políticas públicas da denominação de agricultura familiar, (SCHNEIDER, CAZELLA E MATTEI, 2004, p. 21) afirmam:

O surgimento deste programa representa o reconhecimento e a legitimação do Estado em relação às especificidades de uma nova categoria social – os agricultores familiares – que até então era designada por termos como pequenos produtores, produtores familiares, produtores de baixa renda ou agricultores de subsistência.

O reconhecimento conferido à agricultura familiar tornou-se um avanço para a construção de políticas diferenciadas para um grupo social que até a última década não havia sido contemplado com ações específicas e nem tiveram reconhecidas as suas necessidades regionais. Historicamente a agricultura familiar sempre esteve à margem das ações do Estado brasileiro, todavia buscou incremento diante de sua fragilidade das opções de desenvolvimento desejadas pelo país, iniciando uma nova trajetória para a categoria social. A constituição de 1988 incitou novos espaços de participação social e reconheceu direitos; a concepção do Programa Nacional de fortalecimento da Agricultura (PRONAF) em 1995 desencadeou a emergência de outras políticas direcionadas ao avanço rural.

A primeira política a ser trabalhada no município foi o crédito rural por meio do Pronaf em 2004, que representa uma alternativa para o investimento nas propriedades. Esse serviço tem como objetivo manter o homem no campo, financiar projetos individuais ou coletivos que gerem renda aos agricultores familiares e assentados da reforma agrária. O programa possui as mais baixas taxas de juros dos financiamentos rurais, além das menores taxas de inadimplência entre os sistemas de crédito do país. O acesso ao Pronaf inicia-se na discussão da família sobre a necessidade do crédito para adquirir os seguintes benefícios: custeio da

safra, atividade agroindustrial, investimento em máquinas e equipamentos, restituição da safra perdida por danos naturais, infraestrutura de produção, serviços agrícolas e pecuários.

O homem rural até então esquecido se tornou protagonista no cenário nacional, sendo contemplado nos projetos de mudança, o que tornou a vida rural mais acessível e resolveu muitos problemas insolúveis. Nesse percurso histórico rumo ao desenvolvimento, há uma grande necessidade de entender como ocorre a relação entre campo e cidade nos tempos atuais, pois baseado nesse contorno podem-se definir as ações que requerem políticas contributivas para esse processo.

A expansão e o fluxo dos territórios são resultados de conjunturas econômicas, porém as comunidades camponesas têm o poder de aceitação na determinação das políticas. O desenvolvimento e a forma de expansão dos benefícios coloca em disputa o mesmo espaço geográfico, formando a multiterritorialidade. “É importante reconhecer que, além desses fatores, a organização também coopera proporcionando o sucesso nos resultados sonhados, entender a intensidade das mudanças dos problemas que os assolam em todo o campo”. (OLIVEIRA,1994 p. 21).

A segunda política a ser inserida no município foi o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), sendo uma ação do governo federal criada para contribuir para o enfrentamento da fome e da pobreza no Brasil. O programa utiliza-se de processos de comercialização que favorecem a compra direta dos produtos produzidos pelos agricultores familiares ou de suas organizações, promovendo a agregação da valorização da produção. E tem como um de seus objetivos promover a inclusão social no campo por meio do fortalecimento da agricultura familiar.

Com a regulamentação da Lei da Agricultura Familiar Lei nº 11.947/09, que determina no mínimo 30% do valor repassado a estados, municípios e Distrito Federal pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), este deve ser utilizado na compra de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, priorizando os assentamentos

da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e as comunidades quilombolas.

A aquisição dos produtos da Agricultura Familiar poderá ser realizada por meio da Chamada Pública, dispensando, nesse caso, o procedimento licitatório. Programa que reconhece a categoria social e define sua estrutura conceituando a valorização dos grupos de trabalho no campo e o aumento da renda em até R\$ 8.000,00 (oito mil reais) por ano. O comprador e o fornecedor assinam o contrato que estabelece o cronograma de entrega dos produtos, a data de pagamento aos agricultores familiares e todas as demais cláusulas de compra e venda (CARTILHA DO PAA, 2012, p.24).

O início da entrega dos produtos deve atender ao cronograma previsto e os pagamentos são realizados diretamente aos agricultores ou suas organizações. Seu limite financeiro por unidade familiar/ano é R\$ 8.000,00 (oito mil reais), independente dos fornecedores participarem de outras modalidades do PAA e do Programa Nacional de Alimentação Escolar.

Nesse direcionamento, o camponês como comunidade tradicional se situa no contexto. Sendo entrelaçado como pessoa integrante dos benefícios das políticas públicas, tornando-se inter-relacionado com o sistema que antes era opressor. Com produtividade ainda tímida, mas com potencial de produção ainda a ser explorada, já passa a ser agente transformador de seu bem-estar familiar e em consequência o social. Confere aos novos modelos de desenvolvimento no campo uma matriz tecnológica organizada de produção de trabalho, a qual possibilita a elevação da produtividade na terra (SOPRANI, 2009, p. 77) relata sobre essa visão de mudança:

Agricultura camponesa, neste caso específico, de caráter de produção familiar, é mais do que um modelo de produção econômica. É um parecer da forma de viver no mundo e de entender o sistema, onde as relações entre os seres humanos e natureza acontecem de forma mais ritmada.

2.2 O REFLEXO LOCAL DA LUTA ORGANIZADA PELA REFORMA AGRÁRIA

O resgate da importância da vida camponesa no município é o resultado do reflexo da luta de trabalhadores organizados em todo país, que traz como processo formativo o ser humano e como resultado constituído pelo movimento de luta em

prol da qualidade de vida e dos direitos do trabalhador e trabalhadora rural, passando, então, há vivenciar um tempo mais promissor, em que se encontram produtores rurais com um predomínio estrutural de conforto econômico. Para os autores (GRISA E SCHNEIDER, 2015, p.19),

Mudanças importantes ocorreram no cenário político institucional e nas dinâmicas sociais nos últimos vinte anos no Brasil. O marco inicial destas transformações pode ser fixado a partir da promulgação da nova Constituição que rege o tecido jurídico e societário brasileiro na atualidade.

No entanto, não há como fixar uma marca temporal, é sempre complicado quando se trata de entender os processos sociais e suas mudanças, especialmente quando existe correlação entre passado e presente. Diante de uma descrição problemática no cenário rural municipal, estudam-se ideias para um melhor desenvolvimento, que possa assegurar a população no campo. A busca pela resposta está na análise do contexto social e, sobretudo, nos agentes ativos de um resultado dinâmico e histórico, que envolve grandes mudanças no cenário nacional diante da aprovação de leis de incentivo a agricultura familiar, segundo (GRISA E SCHNEIDER, 2015, p.21),

O fortalecimento da democracia está na raiz das mais importantes mudanças pelas quais passa o meio rural brasileiro nos últimos vinte anos [...] que permitiram reduzir a pobreza de sua população, melhorar a distribuição de renda e dar início a mudanças de comportamento empresarial no sentido de fazer do bem-estar das pessoas e da resiliência dos ecossistemas a base da própria vida econômica.

Dessa forma, as mudanças que ocorrem na área rural são peças fundamentais para que a sociedade esteja sempre em movimento, pois o direito à informação permite ao indivíduo uma liberdade dinâmica de produção e circulação. O governo brasileiro planejou ações contemplando a necessidade regional e suas especificidades, porque somente dessa forma procura atender a demanda de todos. Conforme a Constituição Federal de 1988, art. 225 (BRASIL, 1988):

Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

V - controlar a produção, a comercialização e o emprego de técnicas, métodos e substâncias que comportem risco para a vida, a qualidade de vida e o meio ambiente;

VI - promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente.

Sendo assim, o governo federal contemplou ações em forma de projeto, alcançando os pequenos e médios proprietários, fazendo surgir o reconhecimento desses, criando o núcleo denominado de agricultura familiar. Tornou-se garantia de qualidade de vida para todos que desejam acesso e que vivem no meio rural, criando então oportunidades geradoras do progresso no lugar de base, valorizando e ampliando as possibilidades de crescimento.

Grisa e Schneider narram a interação como uma retomada da intervenção do governo federal. A diversidade social, cultural e econômica do meio rural brasileiro vem à tona, exigindo o reconhecimento político e institucional da agricultura familiar. Crescem os espaços de participação social, expressando o amadurecimento democrático da sociedade brasileira. Contudo, tais mudanças lançam novos desafios à gestão pública no sentido de contemplar diferentes atores, ideias e interesses que exigem cada vez mais processos entrelaçadores nas dimensões ambiental, social, econômica e cultural. No entanto, há um esforço do sindicato rural em conjunto com a liderança de associações de produtores rurais para aplicação das políticas públicas no setor municipal para alcançar o trabalhador que reside na área rural, (GRISA E SCHNEIDER, 2015).

A reforma agrária é um conjunto de esforços entre indivíduos e Estado, este atendendo as reivindicações impostas pelas lutas sociais nos últimos anos a avançar no processo de reforma no campo por meio de um conjunto de instrumentos de legalização de terras. Mas essa ação de avanço não foi suficiente para preencher a lacuna que havia entre governo e o homem do campo. A reforma agrária foi um dos primeiros passos na direção do rompimento secular coadjuvante do governo para com o trabalhador rural, dívida histórica, que somente com mobilização de lutas a sociedade aos poucos pode conseguir obter seu espaço de trabalho na zona rural.

O governo ainda não tinha o entendimento da necessidade de valorização do campo. O último governo militar, João Batista Figueiredo, fez a primeira campanha para fixar o homem no meio rural, “Plante que o João garante”, incentivando com

doações de sementes e a compra da produção final, para abastecer os armazéns do governo e acertar a situação econômica brasileira por meio do Ministério da Agricultura e do Planejamento. Com essa campanha tentava combater a crise financeira que havia no campo, foi capaz de modernizar o sistema agrícola do país e transformar o Brasil em um dos grandes exportadores de produtos agrícolas do mundo, supervalorizando, dessa forma, os latifúndios. Segundo o informativo do (Jornal O Arrastão, 2016).

No início da década de oitenta, mais de vinte anos atrás, o governo do então presidente João Batista Figueiredo lançou um estímulo ao plantio de trigo e com o slogan “Plante que o João garante”, incentivou os produtores rurais a plantar uma grande safra de trigo.

Essas medidas adotadas pelo último governo militar gerou um crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e criou uma maior valorização do mercado interno. Elas contemplavam somente os grandes produtores de monocultura, rotulando culturalmente a necessidade de grandes latifúndios. Também mantiveram o abandono dos pequenos e médios proprietários, e a luta para aqueles interessados na reforma rural se tornava uma utopia.

Ao longo dos anos, novas políticas públicas implantadas pelo governo federal têm obrigado à sociedade rural a buscar um novo modelo de produção agrícola. Fato que constitui a autonomia dos camponeses sujeitos ao campo e protagoniza ações e modelos de reterritorialização do solo brasileiro. Também assegura condições pelas quais as famílias camponesas podem produzir alimentos, gerando renda e desenvolvimento para os cidadãos plenos e conscientes de seus direitos, na perspectiva da sustentabilidade. A agricultura familiar já é considerada a principal responsável por manter a renda no meio rural brasileiro, e conseqüentemente, pela permanência do homem no campo.

2.3 APLICAÇÃO DA POLÍTICA PÚBLICA NA FORMAÇÃO ESCOLAR

O Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera) propõe a formação escolar para enfrentar os desafios de nível de escolaridade do homem do

campo, pois se amplia a visão da necessidade de formação profissional para a melhoria do trabalho. Com um grau de conhecimento superior, há um manejo dos planos de vida melhor, sendo articuladores de seus próprios interesses para o meio rural. A atuação do Pronera ocorre por meio de parcerias do INCRA com movimentos sociais e sindicais de trabalhadores e trabalhadoras rurais, governos estaduais e municipais para atender o jovem nas instituições públicas de ensino e comunitárias sem fins lucrativos (INCRA, 2016)

Uma vez garantida a educação de qualidade para todos no meio rural, cria-se a oportunidade de estudo para os jovens no lugar onde vivem, valorizando e ampliando as possibilidades de crescimento na própria região, além de propiciar um desenvolvimento endógeno, contribuindo para que os educandos, que assim desejarem, possam permanecer e desenvolver suas aptidões no campo. Para (ARROYO, 2011, p. 268)

Nos cursos de formação deveria ter maior centralidade entender os lugares dos coletivos populares na história de nossa formação social e política, econômica e cultural. Como tem sido pensado para entender como as políticas educacionais, os currículos, o material didático e literário e até o pensamento pedagógico e cultura docente pensam esse coletivo cujos filhos (as) chegam às escolas públicas.

O autor também ressalta que, dentro de uma visão em que se aponta o currículo flexível e abrangente, ele não deve ser centrado apenas na habilidade cognitiva, mas deve trabalhar, também, diferentes áreas no campo da cultura. Essa abrangência tem beneficiado a família rural.

Uma particularidade que embasa essa concepção são as políticas públicas, que conduz o homem do campo a ser estimulado a fazer parte do meio onde vive. Oferece a eles oportunidades de desenvolverem conhecimentos e habilidades que lhes são necessários à valorização da vida no campo. As organizações sociais são movimentos que surgiram na concepção de busca de soluções, contrapondo-se à vida tradicional rural. Nesse sentido, os camponeses não são somente moradores, mas uma identidade lembrada no sistema, (MOLINA, 1999).

O acesso à educação também possibilitou melhoramento no uso de novas técnicas para o trabalho, pois o manuseio exige conhecimento. Além disso, a experiência adquirida contribui para a formação do indivíduo, valorizando o meio em que ele está inserido para que tenha condições de empreender nas produções e cultivos, expandindo-se no mercado de trabalho e apresentando como resultado uma grande satisfação em suas necessidades sociais e econômicas, assim, os camponeses têm em seus anseios um esquema de lutas traçados para efetivar o homem no campo. (STR, 2016).

Dessa forma, o processo de produção diversificada do campo não se isola das mudanças ocorridas com a globalização, o camponês passa a compor o sistema econômico e social, buscando a valorização da vida da agricultura familiar, com isso portando conhecimento de programas e leis dos quais tem direitos. O conhecimento contribui para sair da ignorância social; com isso, o campo passa a produzir e oportunizar o que é necessário à população camponesa, a sustentabilidade e a remuneração financeira para o sustento familiar. Sendo assim, ao aplicar uma política de qualidade contextualizada que considere o bem-estar social no lugar em que será empregada, pode gerar condições positivas para que os jovens permaneçam nas atividades de trabalho de seus pais (VESENTINI, 2014, p. 57)

Uma alternativa para diminuir as consequências das desigualdades sociais seria o Estado investir no bem-estar social, tal como ocorre em grande parte dos países desenvolvidos, onde se gasta – e em geral de forma eficiente, isto é, com desperdício mínimo e pouca corrupção - em moradias, em subsídios para os agricultores produzirem alimentos para a população, em seguro-desemprego, em assistência médico-hospitalar gratuita e bastante acessível para os cidadãos, em escolas públicas de alto nível etc.

2.4 A APLICAÇÃO DA POLÍTICA PÚBLICA NA MORADIA RURAL

Vale registrar também que projetos de infraestrutura no âmbito social rural têm sido aplicados com o objetivo de assegurar condições de moradia digna. Destaca-se o PNHR criado pelo Governo Federal pela Lei 11.977/09, com a finalidade de possibilitar ao agricultor familiar, trabalhador rural e comunidades tradicionais o acesso à moradia digna no campo. Com aquisição de novas residências e reformas de outras já existentes, contribuiu para a melhoria da autoestima da população rural.

Esse projeto tem como objetivo dignificar a vida habitacional no campo e ainda associar a tais condições aquelas que efetivamente concorrem para o desenvolvimento integral das famílias rurais, tais como os espaços de lazer, a convivência comunitária, a expressão da cultura local e de adaptação.

O investimento maciço na zona rural desencadeia o progresso, e quando há essa aplicação, percebe-se um grande retorno econômico. Contudo, ao analisar esse pensamento, para atender ao campesino é necessário ir além da boa oferta de moradias, é preciso investir maciçamente na infraestrutura do meio rural, casa, escola, plantio diversificado e vida social confortável. A melhora das vias rurais para escoamento da produção também é algo vivenciado, o incentivo às associações e a tentativa de implantar cooperativas rurais trouxe uma nova união de trabalho. Entretanto, ao analisar as diferentes linhas de fomentos direcionadas ao campo percebe-se que os investimentos públicos para a sociedade, produzem efeitos sociais benéficos, que trazem ao homem do campo apreço à qualidade de vida e bom relacionamento com o meio, podendo gerar benefícios sem acarretar danos sociais (MENDONÇA, 2004).

Para ter acesso a essa política de habitação conquistada por meio do PNHR, o campesino deve procurar uma entidade organizadora para que essa constitua grupos de beneficiários interessados e então apresente as propostas à Caixa Econômica Federal. Para se candidatar ao programa, é necessário preencher alguns pré-requisitos, como ser indicado pela entidade organizadora; apresentar regularidade do CPF na Receita Federal; ter capacidade civil, ser brasileiro nato ou naturalizado se estrangeiro e ser detentor de visto permanente no País; apresentar DAP emitida nos últimos três anos até a data da apresentação da proposta de projeto de intervenção pela Entidade Organizadora; comprovar renda familiar bruta anual de até R\$ 15.000,00; ser dono de uma área até quatro módulos fiscais, quantificadas segundo a legislação em vigor; ser beneficiário assentado do PNRA, se o candidato a casa constar na Relação de Beneficiários entregue pelo INCRA, a entidade organizadora faz a dispensa da apresentação do DAP, (INCAPER, 2014)

Outrossim, vale ressaltar que, para que seja apto ao programa, há limites de renda para o agricultor familiar dono da propriedade ou contratado. Considera-se a renda comprovada por carteira de trabalho e os três últimos contracheques; ou contrato de trabalho; ou declaração em papel timbrado do empregador com firma reconhecida em cartório; ou comprovante de proventos do INSS, se aposentado de caráter permanente. Caso não seja possível a apresentação de um dos comprovantes de renda acima, admite-se declaração emitida por cooperativa de produção ou comercialização, sindicato ou associação de classe à qual o proponente seja associado, em papel timbrado, com firma reconhecida em cartório. (INCRA, 2014)

Ao ser aceito no programa, o beneficiário deve oferecer uma contrapartida onerosa no ato do contrato, que no caso corresponde a 4% incidente sobre o valor do subsídio concedido para a construção, pois a mão de obra é por conta própria, sendo reforma, ampliação ou construção da unidade habitacional. O prazo de carência para o retorno dos benefícios à Caixa Econômica Federal é efetuado por meio de boletos, em quatro parcelas iguais, sendo que a primeira parcela vence no ano subsequente, e as demais na data de aniversário anual. O pagamento das parcelas após o primeiro ano do contrato pode ser efetuado em qualquer data, sem acréscimo de juros ou correção monetária. É facultado ainda aos Beneficiários o pagamento antecipado das parcelas, sem incidências de quaisquer descontos.

2.5 OS ASPECTOS FUNDIÁRIOS E OS RECURSOS NATURAIS

No município, observa-se mobilização de organizações por meio das associações ligadas ao Sindicato Rural. Essas recebem informações voltadas para o aprofundamento das políticas públicas direcionadas ao homem do campo. O conhecimento acarretou a paralisação do êxodo rural, famílias podem usufruir de uma vida com nova direção, com crescente desenvolvimento. No entanto, o município tem uma arrecadação financeira primária, tendo suas propriedades rurais baseada no sistema de posse, em que os imigrantes demarcavam e fixavam suas moradias, sem documentação, eram classificadas como terras devolutas. Ao visualizar o mapa do município, constata-se um pequeno espaço territorial, com área

473,729 km², com densidade demográfica de 24,85 hab./km², (IBGE, 2015), conforme Figura 1 a seguir.



Figura 1 - Localização Territorial de Água Doce do Norte
Fonte: Google Maps (2016)

O processo fundiário sempre dificultou a entrada das políticas públicas, uma vez que é preciso possuir toda a documentação para acesso aos benefícios. A saber, desde 2007 o governo vem medindo os imóveis, organizando e doando as escrituras. Em 2014, segundo o IDAF e MDA, o governo do Estado entregou 256 títulos de legitimação de terra devoluta a produtores rurais. Esse trabalho permite os agricultores familiares a garantia jurídica de acesso às demais políticas públicas do governo, entre elas o crédito rural e a assistência técnica.

Sob esse aspecto, o município reflete a forma como a terra está sendo distribuída entre as pessoas e os grupos (Tabela 1). A medida do módulo fiscal leva em consideração o tipo de exploração predominante no local. A renda obtida com o uso da terra e a exploração de novas técnicas nas pequenas propriedades rurais predomina o conceito de Agricultura Familiar. Entre outros aspectos, para ser considerado agricultor familiar, a propriedade não pode ter mais que quatro módulos fiscais. Optamos por utilizar dados do (INCRA, 2014), em que a quantidade de módulos fiscais define a propriedade em minifúndio, pequena (entre 1 a 4 módulos fiscais), média (acima de 4 até 15 módulos fiscais) e grande propriedade (superior a 15 módulos fiscais). Em Água Doce do Norte, o módulo fiscal equivale a vinte hectares.

Tabela -1 Aspectos da Estratificação Fundiária

| Município | Minifúndio | Pequena | Média | Grande | Total |
|---------------------------|------------|---------|-------|--------|-------|
| Água Doce do Norte | 754 | 549 | 88 | 6 | 1.397 |

Fonte: INCRA/ Idaf (2014)

Assim, diante dos dados apresentados, observa-se que a maioria das propriedades é de pequenos produtores, que mantêm suas estruturas com o apoio das políticas públicas implantadas pelo governo. Os moradores rurais do município lutam para obter mais acesso às informações e conhecimentos de novas técnicas, objetivo que acarreta desenvolvimento para todos os integrantes da família.

Ao tratar dos aspectos ambientais, o município é rico em recursos hídricos, banhado por diversos córregos e rios, sendo característica marcante. A existência de nascentes de água em quase todas as grotas e vales formam verdadeiros mananciais de água doce, que devem e precisa ser recuperados e conservados, devido à forte devastação florestal ocorrida no passado, e também a atual situação de escassez hídrica, que atinge todo o Noroeste do Estado. A atenção aos cuidados e a conscientização de reflorestamento são essenciais. Apesar do desmatamento no município, ainda resta cerca de 9% da cobertura original de Mata Atlântica (INCAPER, 2014). Como se observa na Figura 2.

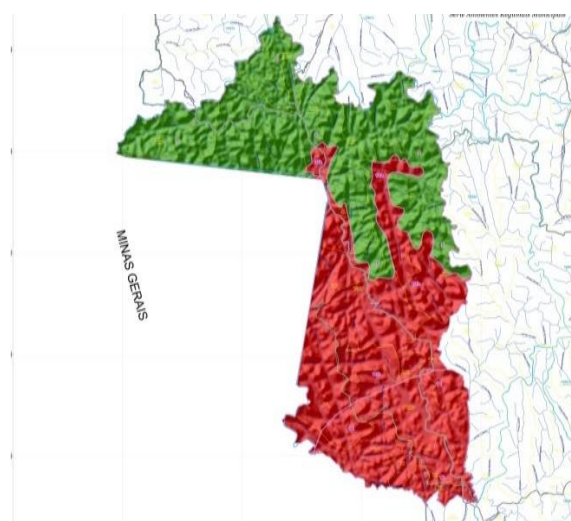


Figura 2 - Presença Hídrica e Mata Atlântica
Fonte: INCAPER/ 2014

2.6 ORGANIZAÇÕES EXISTENTES NO MUNICÍPIO

A população tem tentado se organizar relativamente em forma de associações de agricultores. Buscam alavancar suas produções e suas relações com o mercado, porém o nível de desenvolvimento de uma sociedade organizada dessas ainda é incipiente, pois se encontram em fase de crescimento e aprendizagem. A articulação e o planejamento de ações e seus calendário de reuniões estão sendo executados, pensando no trabalho como promoção social, política e econômica dos seus membros. (STR, 2015)

No total, o município conta com vinte quatro associações de produtores rurais. As organizações são fundamentadas para um trabalho de sucesso, fortalecimento de seus integrantes, construindo objetivos mútuos de colaboração entre os sócios, visando prestação de serviço, mercado e melhorando economicamente a produção. Toda ação tem como meta fixar o homem no campo frente ao desenvolvimento e qualidade de vida. A Tabela 2 relata o atual contexto do crescimento em organizações das associações da agricultura familiar presente no município.

Tabela 2 - Associação de agricultores familiares existentes no município

| Nome da organização | Nº de sócios | Principais atividades coletivas desenvolvidas |
|--|---------------------|---|
| 1 Associação dos Produtores Rurais de Santa Luzia do Azul | 30 famílias | Melhoria da qualidade do café arábica; Capacitação técnica dos agricultores; Alimentação Escolar. |
| 2 Associação dos Produtores Rurais de São Pedro (APRUSP) | 18 famílias | Associação dos Produtores Rurais de São Pedro (APRUSP) |
| 3 Associação dos Produtores Rurais de Vila Nelita (APRUVINE) | 15 famílias | ----- |
| 4 Associação dos Produtores Rurais de Economia Familiar do Córrego Alto / Córrego da Pipoca | 35 famílias | Melhoria da qualidade do café; Compra conjunta de insumos; PAA. Alimentação Escolar |
| 5 Associação dos Agricultores rurais Familiares de Cafelândia. (A.A.F.C.) | 87 famílias | Alimentação Escolar Trator prestação de serviços |
| 6 AFAMARP – Associação dos Agricultores e Familiares da Margem do Rio Preto | 89 famílias | Palestras para agricultores familiares, Alimentação Escolar |
| 7 Associação dos Produtores Rurais do Córrego Havaí | 15 famílias | Alimentação escolar |
| 8 Associação dos Produtores Rurais do Córrego Alto Bom Jesus. (APRUCOBOJE) | 48 famílias | Compra conjunta de insumos; Melhoria da qualidade do café; PAA. Alimentação Escolar, Venda |

| | | | |
|----|---|--------------|--|
| | | | conj. de leite; Trator, prestação de serviços. |
| 9 | Associação dos Produtores Rurais do Córrego Barra Mansa | 40 famílias | ----- |
| 10 | Associação de Produtores Rurais de Bom Destino | 20 famílias | Compra conjunta de insumos; Capacitação técnica para os associados. |
| 11 | Associação dos Pequenos Produtores Rurais da Comunidade João Mourão – APRUCOJOM | 32 famílias | Capacitação técnica dos agricultores; |
| 12 | Associação dos Agricultores Familiares Santo Agostinho; | 170 famílias | Trator-Prestação de serviços; Capacitação técnica dos agricultores; Alimentação Escolar. |
| 13 | Associação dos Agricultores Familiares do Córrego São Domingos; | 15 famílias | Reuniões técnicas-melhorias da atividade cafeeira; |
| 14 | Associação dos Produtores Rurais do Córrego Santa Cruz; | 20 famílias | Capacitação técnica para agricultores; |
| 15 | Associação dos Produtores Rurais do Córrego Santa Cruz; | 4 famílias | Plantio de culturas de subsistência em conjunto; |
| 16 | Associação dos Agricultores Rurais Familiares Tolentino | 14 famílias | Plantio de culturas de subsistência em conjunto; |
| 17 | Associação dos Agricultores Rurais do Córrego São Pedro; | 5 famílias | Plantio de culturas de subsistência em conjunto; |
| 18 | Associação Familiar dos Agricultores Souza Gonçalves; | 3 famílias | Plantio de culturas de subsistência em conjunto; |
| 19 | Associação dos Agricultores Familiares do Córrego dos Angélicos; | 6 famílias | Plantio de culturas de subsistência em conjunto; |
| 20 | Associação dos Agricultores Rurais Família Sudré; | 2 famílias | Plantio de culturas de subsistência em conjunto; |
| 21 | Associação dos Agricultores Familiares Recanto do Córrego do Garfo; | 6 famílias | Plantio de culturas de subsistência em conjunto; |
| 22 | Associação Familiar dos Agricultores Fonseca; | 10 famílias | Plantio de culturas de subsistência em conjunto; |
| 23 | Associação dos Agricultores Familiares do Córrego Santa Cruz; | 3 famílias | Plantio de culturas de subsistência em conjunto; |
| 24 | Associação dos Agricultores Familiares da Família Cerqueira; | 5 famílias | Plantio de culturas de subsistência em conjunto; |

Fonte: INCAPER/ELDR Água Doce do Norte, 2015.

Como se observa nas informações, as associações ainda estão em projetos de construção, algumas não têm estrutura empreendedora, outras já contam com mais benefícios. Todo o processo gerador desse amadurecimento está sendo buscado

pelos pequenos produtores, ao todo são 692 famílias organizadas em associações. Contém há caminhos longos a serem percorridos quando se trata da condição atual, que devem sempre defender a vida de crescimento no campo, refletir os anseios e as necessidades de desenvolvimento desses indivíduos e não meramente reproduzir valores e interesses de alguns.

A agricultura familiar merece a devida atenção do poder público. Essa parte setorial de produção do campo não deve ser tratada com indiferença em relação aos grandes agronegócios, visto que também sempre buscam se qualificar para acompanhar o mercado de vendas, o que tem influenciado a qualidade de vida, alimentação e economia do município. Já tem presença garantida, além de buscar o bem-estar social. Para isso, a concepção de capital social influencia no desenvolvimento econômico, tornando possível a viabilidade de ações, enfatizando o conjunto das características da organização social, que engloba as redes de relações, valores e confiança no realizar.

A demonstração do plano de ação das políticas públicas fica bem retratada na Figura 3 a seguir, ainda que algumas estejam chegando timidamente, com planejamento de ações específicas desenvolvidas pelo Sindicato do Trabalhador Rural.



Figura 3 - Eixos do Plano Camponês
Fonte: STR- Água Doce do Norte- 2016.

Esse quadro de ação proposto pela equipe do SRT visa estimular uma estratégia de trabalho com objetivo a serem alcançados e fazer uma previsão de futuro, conectando-o aos projetos de políticas públicas já aplicadas e entrelaçando ao sistema o cidadão, dando assim uma fonte norteadora de conquistas e uma total independência ao mesmo para buscar seu progresso (GOFFMAN, 1988).

3 METODOLOGIA

Esse trabalho foi desenvolvido integralmente no município de Água Doce do Norte, tendo as comunidades de Agricultura Familiar como foco da investigação. O município é composto de cinco distritos, como se observa no mapa a seguir (Figura 4). Em pesquisa realizada pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, divulgada no Atlas de Desenvolvimento Humano do Brasil, o município ocupa, em relação ao Espírito Santo, o 77º lugar (0,659), no ranking do IDH - Índice de Desenvolvimento Humano (PNUD/2000). Os índices avaliados foram: longevidade, mortalidade, educação, renda e sua distribuição.



Figura 4 - Mapa de Água Doce do Norte - Espírito Santo
Fonte: INCAPER/ES (2016)

Chegou à categoria de distrito de Barra do São Francisco em 22 de outubro de 1949. Desde então sempre teve sua economia calcada na cafeicultura. Obteve sua independência em 10 de maio de 1988, sendo publicada no Diário Oficial do Estado a Lei nº 4.066, de 6 de maio de 1988. Limita-se ao Norte com Ecoporanga, ao Sul e a Leste com Barra do São Francisco, e a Oeste com Mantena, no Estado de Minas Gerais. Recebeu sua primeira rodovia, ES 080, pavimentada em 1994.

No primeiro momento realizou-se o reconhecimento das áreas a serem estudadas, levando em conta as especificidades históricas, econômicas, ambientais e sociais dos produtores em questão. Está pesquisa exploratória descritiva e qualificativa com observações, iniciou com uma visita e conversa com os diretores do Sindicato Rural, pois devido ao estreitamento de uma íntima ligação com os camponeses em dez anos de luta, o sindicato conhece todos os passos do desenvolvimento de cada agricultor familiar do município. Sendo assim, especificou as associações mais

organizadas e os camponeses que desfrutam de todas as políticas públicas implantada no município, para serem visitados.

A primeira visita aconteceu no mês de abril. As demais se repetiram em junho e agosto de 2016. A intenção foi verificar quais associações e quais produtores mais se desenvolveram a partir das políticas implantadas. O representante sindical indicou-nos para visita duas entidades: a Associação dos Produtores Rurais do Córrego Alto Bom Jesus e a Associação dos Produtores Rurais de Economia Familiar do Córrego Alto/ Córrego da Pipoca, onde foram executadas duas visitas, nos meses de agosto e setembro. Na sede do sindicato, foi possível ter acesso a fotos, projetos e outros documentos, que registram as ações direcionadas a dar apoio e fixar o homem no campo.

As informações do líder sindical foram úteis, pois essa organização foi criada para orientar os pequenos produtores, assim seus diretores vivenciaram todo o processo de crescimento, ao longo dessa década, portanto estavam aptos a relatar os fatos que configuraram as mudanças no desenvolvimento regional.

As reuniões das associações contam com a presença maciça dos produtores e ocorrem mensalmente e são abertas ao público. Sempre que os associados sentem necessidade, convidam o Sindicato Rural que trás orientações relativas às novidades na legislação, sobre as novas linhas de crédito, enfim, promovem a articulação entre os produtores e as questões políticas e sociais que configuram as relações com os entes financeiros e governamentais. Nas visitas às reuniões das Associações, usou-se a observação não participante, para registrar as impressões mais relevantes sobre a dinâmica desses encontros. Esses dados foram gravados e anotados para posterior análise.

Por ocasião das visitas ao Sindicato foi possível selecionar os produtores para serem entrevistados. Os critérios utilizados foram aqueles que mais se destacaram na utilização das políticas públicas, ou seja, obtiveram sucesso em seus empreendimentos. A partir desse delineamento de apresentação dos camponeses pelo sindicato, foi possível elaborar um questionário com nove questões para ser

apresentados aos seis agricultores familiares entrevistados. Foram realizadas visitas à casa de cada um deles, em momentos separados. Além deles, foi importante conhecer as impressões do filho de uma família de produtores que concluiu o curso de Direito, por meio do Pronera. As entrevistas foram gravadas para se garantir o registro fiel dessas opiniões.

De acordo com as manifestações dos diretores do Sindicato Rural, as principais mudanças ocorreram nos últimos 12 anos (2003 a 2015). Assim, definiu-se esse recorte de tempo, para delimitar o período de investigação. Dessa forma, pode-se averiguar como era configurado o cenário que antecedeu a chegada das políticas públicas, período histórico permeado por incertezas e desânimo. Bem diferente do atual, em que os produtores passaram a sonhar, fazer planos de investimento e aspirar por uma nova vida.

O caminho percorrido para a realização desta pesquisa não foi fácil, aliás, foi longo e árduo. As vias de acesso às associações e propriedades rurais são cheias de sobressaltos, pois o relevo do município é bem acidentado. As associações estão localizadas ao longo dos córregos e se distanciam uma das outras em muitos quilômetros. Não há como visitar mais de uma em um só dia de trabalho.

Estar presente nas reuniões e percorrer os locais de cultivo foi um trabalho penoso. Foram encontrados animais nas estradas (muitos cães e gados), porteiras e pontes em péssimo estado de conservação. Muitas vezes, a pecuária não tem cercas de contenção e ocupam as vias de acesso. Quando chove, o barro dificulta muito o trânsito. A associação mais organizada fica na localidade denominada Córrego da Pipoca, um local de difícil acesso, devido aos morros e serras. Ao chegar, o visitante é recebido com a expressão bem humorada “você pipocou aqui”.

4 RESULTADOS

Essa análise está dividida de acordo com as fases percorridas para coletar os dados. A fase I aborda as visitas ao Sindicato Rural e as observações realizadas durante as reuniões, bem como as entrevistas com os agricultores familiares.

4.1 ENCONTROS COM OS REPRESENTANTES DE CLASSE E AGRICULTORES FAMILIARES

Visitas ao Sindicato e Observações das reuniões das Associações

Os documentos, fotos e projetos foram importantes para verificar quais foram as ações direcionadas a dar apoio e fixar o homem no campo. Os diretores expuseram a falta de informação dos produtores. Ainda que o PRONAF tenha surgido em 1995, somente em 2000 este programa começou a ser timidamente utilizado, no município. O diretor esclareceu que sempre estão atentos às novidades para manter o homem do campo na direção do progresso e, dessa forma, vêm atuando para melhorar a eficácia nas aplicações desses benefícios que refletem diretamente no desenvolvimento regional.

Nas reuniões de Associação foi realizada “a chamada” para registro da presença dos associados. Em seguida, o presidente do Sindicato Rural leu a pauta da reunião. Feito isso, foram tratados assuntos relativos ao planejamento de trabalho no campo, tais como: compra de adubos, sementes, ampliação de vendas, uso dos veículos e máquinas agrícola, e os informativos gerais. Há uma diretoria eleita por eles, que distribui funções e, juntos planejam ações que visam atender à comunidade como um todo (Figuras 5 e 6).



Figura 5 - Reunião das campestinas para elaborar agenda de curso organizado pelo sindicato rural
Fonte: SRT, 2016.



Figura 6 - Reunião da Associação Córrego da Pipoca
Fonte: SRT, 2016

Em datas especiais são realizadas festividades para prestar homenagem aos aniversariantes, comemorar o final de colheita e as celebrações de fim de ano. Também comemoram a conclusão dos cursos de capacitação. Percebe-se um ótimo entrosamento entre eles, que transformam os momentos das reuniões em encontros de lazer.

Os produtores comparecem em massa às reuniões ordinárias. Receberam com grande entusiasmo a notícia desta pesquisa, pois consideraram importante registrar as mudanças do trabalho transformador exercido por eles em suas comunidades. Aham importante que outros possam tomar conhecimento de que é possível manter uma vida de qualidade no campo. Disseram que se sentem muito bem com as

conquistas e com o tão sonhado desenvolvimento. Foi notável a felicidade estampada no rosto de cada associado. Demonstraram satisfação ao falar dos feitos realizados. Ressaltaram o desenvolvimento no comércio e que também vem melhorando sua qualidade de vida em decorrência do aumento das vendas dos produtos: doces, polpa de frutas, queijos, farinha e outros mais.

Ficou evidente a esperança quando mencionam os planos para enfrentamento da grande estiagem que vem ocorrendo no município. Foi elaborado um calendário para compartilhar o uso do trator para construir as caixas secas nas propriedades e assim reter água da chuva. Nas discussões e decisões durante as reuniões ficou perceptível que as relações são construídas por meio da partilha de bens e serviços, pois fazem o intercâmbio e praticam a colaboração entre si, como o oferecimento de cana-de-açúcar para tratar do gado para aqueles que já não possuem mais recurso para tal.

Nas sedes das associações fazem a catalogação de fotos dos filhos que estudam em Universidades Federais, espalhadas pelo país, que enchem a todos os munícipes de orgulho. Ao concluir este trabalho, ele integrará um acervo municipal. O Sindicato, por meio de seu líder, já requisitou as respectivas cópias.

Entrevistas com produtores

Os produtores demonstraram satisfação pela forma com que me receberam, percebe-se o orgulho que tem ao verem o seu trabalho cientificamente registrado e difundido. Valorizam esse estudo, sobretudo, pela possibilidade deste poder contribuir como incentivo para os jovens de outras famílias.

A acolhida proporcionou uma conversa natural e espontânea. Um deles demonstrou-se confortável para comentar sobre seus acertos e conquistas. De modo geral, dissera que “aprenderam a lidar com aquilo que já possuíam”. Antes dos incentivos recebidos, “pensavam em retirar a vegetação destinada ao plantio, hoje conseguem vê-la como aliada”. Afirmaram que antes de obterem acesso aos programas, não conseguiam empréstimos, pois não tinham documentos registrados para dar entrada

em um processo (Figura 7). Hoje residem em “belas moradias, sonho que se tornou realidade, graças ao PNHR”.



Figura 7 - Produtores recebendo do governo do Estado as escrituras de suas propriedades rurais
Fonte: SRT, 2016.

Todos esses feitos elevaram a autoestima desses camponeses, que se sentiram estimulados e adquiriram força para continuar em suas lutas, pois agora se sentem seguros e esperançosos, pois “sabem que podem conseguir muito mais”. Em boa parte de suas falas, reforçaram os preceitos éticos e a importância da formação cidadã para adquirir os benefícios necessários para manter suas famílias no campo. Também ressaltaram a educação dos filhos que saíram para receberem formação fora do município. Mencionaram a aquisição de veículos particulares e o aumento nos lucros, com as vendas da sua produção.

Essas revelações suscitam a sensação de gratificação no pesquisador. Principalmente, quando este vivencia o cotidiano e tem oportunidade de conviver com os sujeitos alvos da pesquisa. Observar as mudanças concretizadas no processo, causa no pesquisador um sentimento de realização e prazer, ao constatar que houve avanços nas vidas dessas famílias. Foi possível perceber que aqueles homens e mulheres que dedicaram toda a sua vida ao trabalho no campo e que, apesar das dificuldades, insistiram em permanecer cultivando, preservando as terras deixadas por seus pais.

Esses trabalhadores não abriram mão de preservar sua cultura e compreenderam as dinâmicas e o processo de construção do desenvolvimento econômico, com

responsabilidade e dedicação. Nessa jornada, escolheram a vida simples do campo, onde exercitam a partilha, cooperam entre si, lutam pelo bem comum e preservam os recursos naturais, pois sabem que suas vidas e as futuras gerações necessitam do meio ambiente saudável.

Diante de todas as vitórias, consideram o PRONERA um programa importantíssimo. Por meio dele, muitos jovens tiveram formação profissional. O advogado entrevistado relatou que a sua trajetória de vida é a resposta mais contundente desse programa. Só depois de 40 anos de idade, teve a oportunidade de graduar-se em Direito pela Universidade Federal de Goiás, onde fez estudo por meio da Pedagogia da Alternância, de 2007 a 2012. Hoje exerce a profissão que abraçou, defendendo as causas dos camponeses, exercendo a práxis num ambiente dominado pelo campesinato. Também advoga para o Sindicato dos Trabalhadores da Conservação e Limpeza Pública do Estado do Espírito Santo (SINDILIMPE), órgão que representa a categoria em todo Espírito Santo.

As pessoas que se formam com o recurso do PRONERA são comprometidas com as causas populares, não são simplesmente profissionais, tem como missão em seus currículos o comprometimento de fazer valer os direitos dos mais necessitados, trabalhando na construção moral e política, baseado na igualdade por uma sociedade mais justa.

4.2 ANÁLISE DO PROGRAMA PAA

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) constitui uma política recente e importante para a agricultura familiar (Figuras 8 e 9). Foi instituído pela Lei nº 10.696/2003 e tem como fim “[...] incentivar a agricultura familiar, compreendendo ações vinculadas à distribuição de produtos agropecuários para pessoas em situação de insegurança alimentar e à formação de estoques estratégicos” (BRASIL, 2003). É coordenado pelo Grupo Gestor que está incumbido de formular as diretrizes.



Figura 8 - Cultivo de hortaliças em duas propriedades



Figura 9 - Agricultores familiar na colheita do café
Fonte: Sindicato Rural

Os resultados do PAA foram tão exitosos que despertaram a atenção de agências multilaterais internacionais e de outros países. Em 2010, foi criado na África o PAA (Purchase from Africans for Africa), envolvendo cinco países da África Subsaariana, e iniciativas de construção de programa similares na América Latina são emblemáticas, pois retratam a repercussão internacional adquirida pelo Programa. Recentes relatórios organizados pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) também destacam as inovações do PAA relativas à construção de mercados, para o fortalecimento da agricultura familiar e para a segurança alimentar e nutricional (GRISA, 2015).

O PAA trás em seu arcabouço uma série de inovações que contribuíram não somente para incrementar a renda, mas para a ampliação de outros benefícios sociais, tais como: Aquisição de produtos sem a necessidade de licitação, através do mercado institucional; Geração de renda e sustentação de preços aos agricultores

familiares; Fortalecimento das organizações sociais (associativismo e do cooperativismo); Promoção da segurança alimentar e nutricional das populações urbanas e rurais; Promoção da diversificação da produção e melhoria da qualidade dos produtos; Incentivo ao manejo agroecológico dos sistemas produtivos e ao resgate e preservação da biodiversidade (BRASIL, 2003). O programa tem seus fomentos nas áreas apresentadas na Tabela 3.

Tabela-3- Síntese das modalidades de execução do PAA em 2014

| Modalidade | Característica |
|-------------------------------------|--|
| Compra com doação simultânea | Objetiva a compra de alimentos diversos e a doação simultânea a entidades da rede socioassistencial, aos equipamentos públicos de alimentação e nutrição, ou outras finalidades definidas pelo Grupo Gestor. A modalidade pode ser executada pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), ou Estados ou Municípios, com recursos do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate À fome (MDS). Os agricultores podem participar na forma individual ou por meio de cooperativas/associações. Limite por DAP/ano na forma individual: R\$ 6.500,00. Limite por DAP/ano por meio de organização fornecedora: R\$ 8.000,00. Limite por organização/ano: R\$ 2 milhões. |
| Formação de estoques | Atua no apoio financeiro para a constituição de estoques de alimentos por organizações fornecedoras, para posterior comercialização e devolução de recursos ao Poder Público. Modalidade executada pela Conab, com recursos do MDS e Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Limite por DAP/ano: R\$ 8.000,00. Limite por organização/ano: R\$ 1,5 milhão. |
| Compra direta | Visa a compra de produtos definidos pelo Grupo Gestor do PAA com o objetivo de sustentar preços. Modalidade executada pela Conab, com recursos do MDS e MDA. Limite por DAP/ano: R\$ 8.000,00. Limite por organização/ano: R\$ 500 mil. |
| PAA leite | Possibilita a compra de leite que, após beneficiamento, é doado aos beneficiários consumidores. É operada por governos estaduais da região nordeste e Minas Gerais, com recursos do MDS. Limite por DAP/ semestre: R\$ 4.000,00. |
| Compra institucional | Realiza a compra da agricultura familiar por meio de chamada pública, para o atendimento de demandas de consumo de alimentos, de sementes e de outros materiais propagativos, por parte de órgão comprador. Limite por DAP/ano/órgão comprador: R\$ 20.000,00. |
| Aquisição de sementes | Visa a compra de sementes, mudas e materiais propagativos para alimentação humana ou animal de beneficiários fornecedores para doação a beneficiários consumidores ou fornecedores. Limite por DAP/ano: R\$ 16.000,00. Limite por organização/ano: R\$ 6 milhões. |

Fonte: PAA, 2014

As modalidades e as características desse programa surgiram do Programa Fome Zero, a partir da premissa que a alimentação é um direito humano, conforme aponta o (INSTITUTO DA CIDADANIA, 2001, p.16 e 18),

O Programa Fome Zero partiu do pressuposto de que todas as pessoas devem ter acesso diário, e de forma digna, a alimentos em quantidade e qualidade suficientes para atender às necessidades nutricionais básicas e à manutenção da saúde. (...) O seu reconhecimento [direito humano à alimentação] implica que o Estado deve garantir o acesso à quantidade e qualidade dos alimentos consumidos pela população, através de uma política permanente de segurança alimentar e nutricional. (...) Em síntese, a questão da fome no Brasil tem, neste início do século, três dimensões fundamentais: primeiro, a insuficiência de demanda, decorrente da concentração de renda existente no país, dos elevados níveis de desemprego e subemprego e do baixo poder aquisitivo dos salários pagos à maioria da classe trabalhadora. Segundo, a incompatibilidade dos preços atuais dos alimentos com o baixo poder aquisitivo da maioria da sua população. E a terceira, e não menos importante, a exclusão do mercado daquela parcela mais pobre da população.

Para alterar esse cenário tão marcado por injustiças sociais que afeta uma boa parcela da população brasileira, o Programa Fome Zero propôs um conjunto de políticas estruturais que visavam melhorias na renda e o aumento da oferta de alimentos básicos, são elas: políticas de geração de emprego e elevação da renda (incremento do salário mínimo, crédito para investimentos, educação e política habitacional), intensificação da reforma agrária, previdência social universal, bolsa escola e renda mínima, e incentivo à agricultura familiar (seguro agrícola, crédito rural, pesquisa, assistência técnica, pagamento por serviços ambientais, incentivo à formação de cooperativas de produção e de comercialização, e compra institucional de pequenos e médios produtores para a merenda escolar, hospitais, creches e presídios).

Somaram-se a essas propostas de políticas específicas e locais, as seguintes ações: Programa Cupom de Alimentação, ampliação e redirecionamento do Programa de Alimentação do Trabalhador, doações de cestas básicas emergenciais, combate à desnutrição materno-infantil, manutenção de estoques públicos de alimentos, ampliação da alimentação escolar, restaurantes populares, banco de alimentos, modernização dos equipamentos de abastecimento, apoio à agricultura urbana e à agricultura familiar, e novo relacionamento com as redes de

supermercados. Este conjunto de políticas e a sua articulação estão sintetizados na Figura 10.

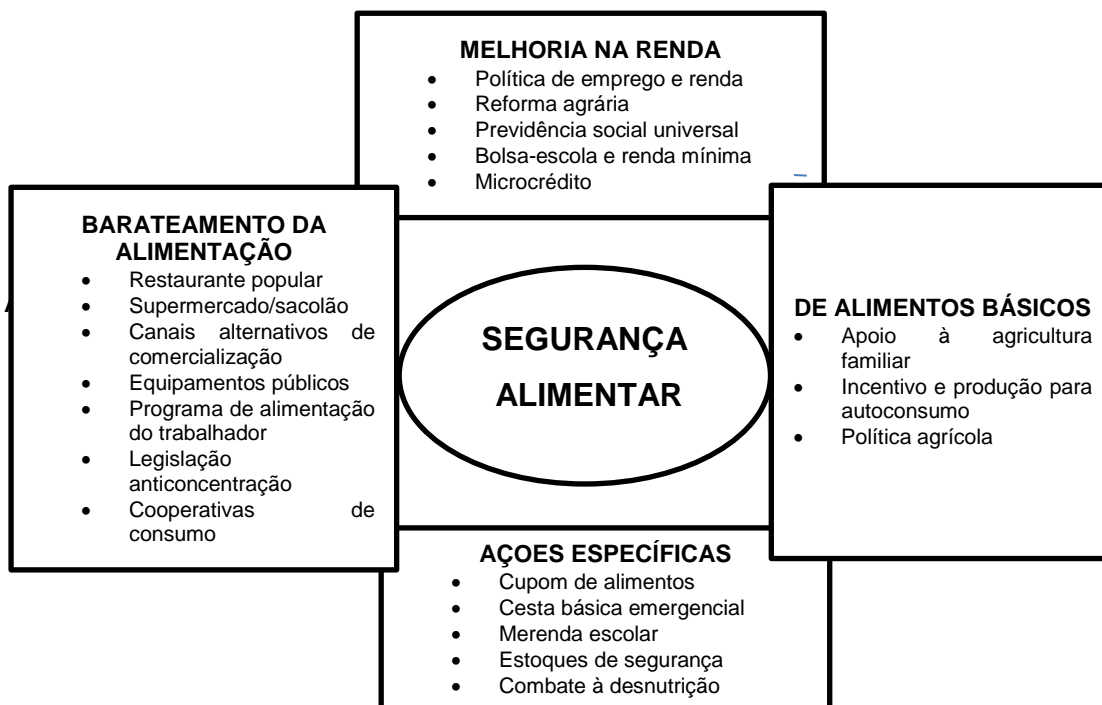


Figura 10 - Principais políticas sugeridas pelo Programa Fome Zero para superação da fome
Fonte: Instituto da Cidadania (2001/2010).

Como mencionado anteriormente, o Programa Fome Zero já carregava consigo a ideia (mais tarde institucionalizada no PAA) de articular o apoio à agricultura familiar com compras institucionais. Ao resgatar experiências de alguns municípios e estados brasileiros, o projeto ressaltava o potencial do mercado institucional (alimentação escolar, hospitais, presídios, distribuição de cestas básicas etc.) no fortalecimento da agricultura familiar (criação de canais de comercialização e geração de renda), na dinamização da economia do município e da região, no atendimento às necessidades alimentares de uma parcela vulnerável e numericamente expressiva da população (mormente, as crianças em idade escolar), e na introdução de elementos de diversidade regional em cardápios com importância não desprezível na formação de hábitos alimentares (INSTITUTO CIDADANIA, 2001, p.39).

Portanto, estima-se que uma parte importante do orçamento público seja destinada à compra de alimentos por várias entidades e essa demanda institucional reflete

diretamente no aumento das vendas e, por conseguinte, na renda dos agricultores familiares. Contudo, era necessária uma adequação às características específicas dessa nova categoria social – a Agricultura Familiar, que possui especificidades próprias, antes simplesmente chamada de pequenos produtores rurais (GRISA e SHINEIDER, 2015).

A agricultura familiar de Água Doce do Norte foi beneficiada com as ações do Programa. Os dados estatísticos apresentados no Gráfico 2 demonstram que houve aumento significativo no índice de Desenvolvimento Humano desse município (IDHM). Tal crescimento no ganho financeiro real demonstrou o que se observa na realidade agrícola desta região.

Atualmente, encontram-se setenta e duas famílias produzindo permanentemente para atender às metas do PAA. Os resultados obtidos estão incentivando a população, e assim, mais famílias cada vez mais estão aderindo ao PAA. É importante relatar que a mudança do Presidente da República, com o Impeachment de Dilma Roussef ocorrido em meados de 2016, houve uma redução nos investimentos para alguns municípios. Contudo, Água Doce, evitando esperar pelo que poderia ser solucionado, fez contrato com a CEASA em Vitória para entregar suas produções, graças ao aprendizado adquirido nos movimentos sociais de lutas pela conquista e manutenção dos direitos básicos.

IDHM

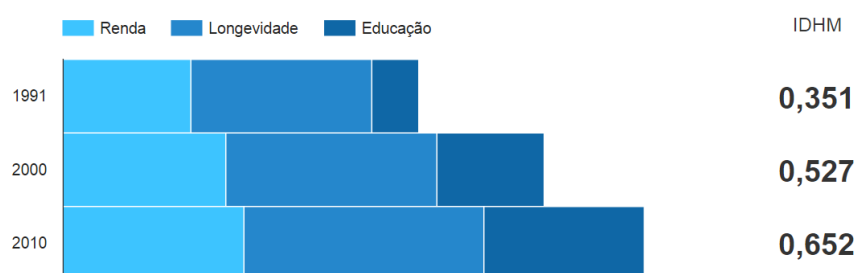


Gráfico 2 – Índice de desenvolvimento humano de Água Doce do Norte
Fonte: PNUD, Ipea e FJP, 2012

Com os dados apresentados, observa-se houve um aumento da renda das populações de Água Doce do Norte. A renda *per capita* média cresceu 212,05% nas últimas duas décadas, passando de R\$ 120,94, em 1991, para R\$ 252,68, em 2000,

e para R\$ 377,39, em 2010. Isso equivale a uma taxa média anual de crescimento nesse período de 6,17%. A taxa média anual de crescimento foi de 8,53%, entre 1991 e 2000, e 4,09%, entre 2000 e 2010. A proporção de pessoas pobres, ou seja, com renda domiciliar *per capita* inferior a R\$ 140,00, caiu de 68,98%, em 1991, para 51,39%, em 2000, e para 24,05%, em 2010. A evolução da renda per capita pode ser confirmada nos dados do Gráfico 2 (Atlas de desenvolvimento humano do Brasil, 2016).

4.3 APLICAÇÃO DA POLÍTICA PÚBLICA PARA OS AGRICULTORES FAMILIARES DE ÁGUA DOCE DO NORTE

Viver e trabalhar *in loco* desta pesquisa me permitiu conhecer as opiniões dos produtores que usufruem diretamente dessas políticas públicas empregadas no campo. As opiniões manifestadas nas entrevistas demonstraram a satisfação em expressar as mudanças concretizadas ao longo dos anos. Detectou-se que a maioria dos produtores familiares pertence a uma associação de produtores da própria comunidade e, com o trabalho articulado, começaram a conhecer as políticas de incentivo às famílias do campo.

A organização das pessoas em associações proporcionou-lhes um despertar para as potencialidades de suas comunidades, bem como a correção das deficiências existentes na forma de conduzir a produção rural. Observou-se que as pessoas se sentiram valorizadas por participar do sistema econômico do município, e passaram, então, a serem notadas, contribuindo, inclusive, para aumentar a autoestima e planejarem novas perspectivas para o futuro.

Além disso, o interesse dos demais produtores foi maior quando perceberam melhorias no desenvolvimento local, a vida financeira se aprimorou, a iluminação elétrica chegou, pois novas casas tiveram mais facilidade para aquisição de energia. Toda essa estrutura gerou a integração de um conjunto de trabalho em prol de objetivos comuns. As famílias perceberam que sua permanência no campo poderia

se tornar uma realidade, com o uso de práticas de produção diversificadas que se concretizaram como via de solução efetiva.

Todo o contexto apresentado é motivo de reflexão para quem não conhece as políticas e os programas de ajuda ao agricultor família, sobretudo ao ouvir declarações daqueles que resistiram ao êxodo e se tornaram vitoriosos ao permanecerem no campo.

Alguns produtores familiares que viviam na zona rural há quinze anos, ao serem indagados sobre o que pensavam sobre sua vida no campo antes do PAA, relataram que eram empregados das grandes propriedades e recebiam pelo dia de trabalho e “[...] não tinham condições financeiras nem de comprar uma bicicleta para andar”. Outros mencionaram que a ausência de direitos trabalhistas impulsionou sua saída para cidade “[...] em busca de carteira de trabalho assinada”. Contudo, atualmente estão de volta e querem se fixar no campo, que hoje está assegurado por leis e programas de atendimento específicos para o meio rural.

Segundo os entrevistados, o desenvolvimento do município está estreitamente ligado à aplicação das políticas públicas no interior do município. Na sequência, lembraram que hoje, após a adesão ao PAA, todos se sentem inseridos no “sistema econômico”, e que “a gestão municipal precisa de suas produções” e eles necessitam comercializar seus produtos agrícolas. Certamente, esse fato reflete as conquistas mais perenes, que são asseguradas por lei. O programa PAA garante a venda da produção de pequenos agricultores familiares para a merenda escolar, o que se tornou uma referência nessa conquista, visto que assegura as vendas da demanda prevista e também de todo o excedente produzido, ou seja, os produtos que ultrapassam a quantidade ofertada à merenda escolar, pode ser vendido nas feiras livres do município (Figura 11).



Figura 11 - Vendas da produção na feira livre do município

Fonte: Autora, 2016

Também relataram que conheceram o PRONAF, PAA, PNAE, PNHR e PRONERA em reuniões das associações ou em curso de formação oferecido pelo sindicato rural (Figura 12). Mencionaram a importância do conhecimento para vencer desafios, pois nem sempre o governo se mobiliza para ajudar, e cabe ao povo expressar seus anseios, organizar-se para aprender e entender como se constitui o processo do desenvolvimento seguro.

As famílias camponesas com mais conhecimento e experiência em gestão têm como missão informar as demais, pois assim se aprende com o Sindicato; experiências são transmitidas para fazer sólida a estrutura organizada por uma sociedade. Essa visão compartilhada, baseada na troca e na solidariedade tende a se constituir como meio mais seguro de aquisição e preservação dos direitos sociais para essas famílias de camponeses que se configuram não como um modo de produção, mas são reconhecidas como categoria ou classe social (FERNANDES, 2015, p. 383).



Figura 12- Reunião de capacitação dos agricultores familiar

Fonte: STR, 2016

De acordo com os camponeses, o conceito de agricultura familiar está relacionado à união da família em torno do processo produtivo. Atribuíram também os objetivos

comuns entre filhos e pais, pois consideram que por meio do trabalho promovem a união das pessoas. Relataram que não existe mais “a separação” ocasionada pela busca de emprego na cidade. Os filhos, ao receberem formação adequada, são capacitados para promover a ampliação e diversificação das atividades agrícolas, pois aprendem novas técnicas e compartilham essa aprendizagem na família, e seguem permanecendo juntos. Vale lembrar que a utilização do PRONERA para acesso à graduação ainda é pequena no município. Este foi um dos últimos a serem anexados às novas políticas direcionadas ao homem do campo.

Nesse contexto, as razões e o estímulo para com a agricultura familiar são muitos, com destaque para um deles: o trabalho realizado em família. Outra menção trata da autonomia e da facilidade em deter o controle e gerenciar” o que se faz”, por exemplo, diante de um período de seca, em que a escassez de água reflete em prejuízo para o cultivo, “a diversificação da agricultura é a que menos sofre”, pois, ao utilizar uma cobertura morta de restos vegetais sobre a terra, tem-se a finalidade de manter o solo úmido, assim o uso da água é bem reduzido. Outro fato foi lembrado: “a produção em pequenos espaços facilita o manejo”.

Constatou-se que todos os entrevistados conseguiram concretizar seus projetos de trabalho, podendo usufruir do resultado das lutas organizadas. Além disso, a situação presente lhes permite fazer planos futuros para implementação de novas técnicas. Incrementaram a produção como o plantio de bananeiras entre as hortaliças, técnica que retém a umidade do solo, reduzindo os possíveis malefícios provocados pela seca. Expressaram a expectativa que sentem em relação à conclusão dos cursos técnicos e a graduação dos filhos, que estudam em escolas agrícolas de alternância, pois acreditam que esse aprendizado trará contribuições para a agregação de novas tecnologias de cultivo nos pequenos espaços, melhorando a diversificação de suas práticas agrícolas.

Ressaltaram a importância de se manterem as políticas públicas para a permanência das famílias no campo. Nesse sentido, devem focar nos projetos que tragam as melhorias desejadas e que assegurem o êxito nos objetivos almejados. Disseram que uma mudança na lógica social e filosófica das políticas traria enormes

prejuízos para as pessoas do campo, pois isso seria um retrocesso nas conquistas garantidas até o presente momento.

Sobre as oportunidades de trabalho no município, inquestionavelmente, nos dias atuais existem mais ofertas devido à necessidade de manter a produção em ritmo contínuo. Em todas as fases do processo produtivo, desde o plantio até a entrega dos alimentos ao seu destino - escolas, creches, Ceasa, supermercados, feiras livres, dentre outros, há um envolvimento dos entes familiares, cuja divisão de tarefas é claramente definida e, precisa ser cumprida.

As mudanças provocadas nas formas de trabalho pelas políticas recentemente implantadas promoveram o aumento da renda familiar, que redundou na aquisição de bens materiais que antes, não sonhavam possuir. Hoje, os pequenos produtores têm acesso ao financiamento, fator que possibilitou a compra de novas propriedades, motos, carros, e outros bens materiais, sem maiores obstáculos. O reconhecimento do agricultor familiar abriu as portas das agências bancárias para a aquisição de crédito. Relataram que deixaram de sofrer discriminação pelo tamanho de suas terras.

Perceberam também uma mudança efetiva na convivência social, ao longo desses doze anos, pois puderam adquirir moradias dignas e sentiram a comunidade mais receptiva. Anteriormente, sentiam-se constrangidos por residirem em moradias precárias (Figura 13). Tem consciência de que a estabilidade econômica é fruto de uma sequência de conquistas, que se concretizaram nas duas últimas décadas e que esse fenômeno se deveu à implementação de uma agropecuária familiar e diversificada.



Figura 13 - Transformação na habitação (ano 2004 – 2015)
Fonte: SRT, 2016

A Figura 13 retrata a mudança na infraestrutura da moradia de um camponês. Quando indagados sobre o significado de “vida digna”, manifestaram que dignidade significa: a) a ausência de necessidades; b) reconhecimento da comunidade como pessoas que compõem o sistema econômico do município; c) possuir uma casa apresentável; d) conseguir reunir a família em um mesmo trabalho; d) ter o sentimento de conquista; e) sentir-se cidadão que pertence à sociedade sem exclusão. Inegavelmente, as políticas públicas trouxeram um sentimento de honra aos camponeses, que alcançaram e sustentaram suas conquistas. Enfim, consideram que ter uma vida digna é ser considerado pertencente e membro atuante no sistema econômico rural.

É importante destacar que um dos sujeitos participantes da pesquisa foi o primeiro advogado água-docense formado pelo programa PRONERA. Hoje ele advoga para os camponeses e para sindicato de limpeza pública do Espírito Santo (SINDILIMPE-ES). De maneira idêntica aos camponeses, falou de seus anseios e da história de mudança ocorrida no município de Água Doce do Norte ao longo dos últimos anos.

Vale ressaltar que há quinze anos as características do município, na zona rural era bastante diferente de hoje. A produção era mais voltada para a monocultura cafeeira e, em certa medida, para a produção leiteira. Havia extensas lavouras de café nas regiões mais altas dos distritos de Córrego Azul e Santo Agostinho e pastagens no restante do município. As famílias (esposa, esposo e filhos) tinham seu labor rural na lida extensiva dessas produções, sendo em grande parte empregados e recebiam pelos trabalhos realizados.

Inegavelmente, um município pequeno como Água Doce do Norte só tem possibilidade de desenvolvimento com as medidas de assistência e favorecimento do crédito bancário ofertado pelo Estado. Nesse sentido, é visível que a chegada de forma decisiva das políticas públicas impulsionou o crescimento e deu dignidade à população água-docense.

Antes, as famílias desta terra ficavam à mercê daqueles que detêm o poder econômico e detinham as posses das terras, hoje a inversão dessa situação de dependência é visível, quase todos os cidadãos têm condições de escolher como

trabalhar. Isto desenvolveu de maneira significativa o município. Houve aumento no poder de compra das famílias, uma elevação significativa no quantitativo de jovens que voltaram a estudar e no nível cultural de alguns agricultores, principalmente da juventude. Anteriormente, esses jovens agricultores tinham que abdicar dos estudos em função do trabalho. Hoje, as pessoas têm condições de compatibilizar o trabalho com os estudos, o que significa desenvolvimento social.

Assim, o jovem que foi entrevistado e foi graduado em direito manifestou que se sente “não somente conhecedor, mas também um construtor dessas ideias”. Relatou que foram muitas as reuniões que levaram à conquista dessas “políticas públicas”, pois sempre militou como sindicalista em busca da defesa dos direitos do camponês. Relatou uma parte da história da implantação do PRONAF, que foi a primeira política a ser conquistada; Relatou que esse programa se iniciou com pequenos agricultores “afundados” em uma grande crise na década de 90 (precisamente em 1996), no Rio Grande do Sul, em que várias famílias de pequenos agricultores saíram às ruas pedindo que o governo federal interviesse e abrisse as portas das instituições financeiras para liberar créditos subsidiados aos pequenos agricultores. Disse que isso foi feito com o grito de ordem “Faça sol, chuva ou vento, nós queremos mil e quinhentos”. Mencionou que esse movimento possibilitou a entrada dos pequenos agricultores “nos bancos”, fato que deu início ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, na época embrionário. Após essa luta, foi criado o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA). Em seguida, surgiram as lutas configuradas pelas mobilizações sociais nos centros urbanos, em busca de legislação que determinaria que os municípios adquirissem pelo menos 30% da merenda escolar da agricultura camponesa, denominado Programa Nacional Alimentação Escolar (PNAE).

Dessa forma, foi com o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), programa bem mais recente, que favoreceu a comercialização da produção camponesa, Programa também conquistado com as reivindicações na rua. Na visão dos agricultores, este programa é considerado “fantástico”, pois com ele, o governo, através da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), compra os produtos produzidos pelos camponeses e com estes alimentos abastece as famílias em situação de

vulnerabilidade, por meio de uma organização que envolve associações, institutos, igrejas, etc..

Não se pode deixar de mencionar o Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR), que antecedeu o PAA, quando ainda era fundo perdido de recursos do PIS e FGTS. Com esses recursos, a partir dos “movimento de luta” os camponeses conseguiram obter do governo “Lula” a possibilidade de construir moradias no campo, com custo zero. Assim sendo, foram construídas as primeiras moradias nos anos de 2003/2004. O empreendimento foi tão relevante e significativo que, a partir dele foi criado o PNHR, com aporte de recursos do orçamento da União para atender a essas demandas habitacionais no campo.

Não se pode desvincular o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA) dos Movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Este programa foi construído a partir das lutas incansáveis do MST, que sempre se manteve ativo e sempre esteve na rua para garantir que a educação tivesse outra face em acampamentos e assentamentos.

O suporte obtido com a luta organizada favoreceu a origem do Pronera, iniciado na década de noventa por determinação da Lei 9394/96 de Diretrizes e bases da Educação Nacional. As primeiras discussões ocorreram em 1997, no I Encontro Nacional de Educadoras e Educadores da Reforma Agrária (ENERA). Dele nasceram as principais ideias de educação para o campo, que prevalecem até os dias atuais.

Assim, o PRONERA se tornou uma ferramenta da educação do campo em todas as etapas desde o nível fundamental, médio e superior. O programa é responsável por financiar vários cursos, como: medicina veterinária, pedagogia, serviço social, agronomia, direito entre outros ainda em anexação. No Portal Brasil³ estão disponibilizados dados dos resultados do Pronera.

³ http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2016/04/educacao-na-reforma-agraria-melhora-a-vida-de-22-1-mil-assentados-na-ba/foto_com_selo.jpg/view

Existe um rol de notícias que explicitam o enorme contingente de trabalhadores rurais que alcançaram a oportunidade de estudar. Por exemplo, em 21 de abril de 2016 foi publicada a seguinte notícia: Em 18 anos, Pronera levou 185,2 mil assentados para as salas de aula em todo o País. O Relatório da II Pesquisa Nacional sobre a Educação e Reforma Agrária informa que no período compreendido entre 1988 e 2011, 320 cursos foram realizados em 880 municípios, em todas as unidades da federação. No ES foram ofertados 4 cursos na modalidade de Jovens e Adultos, 1 Ensino Médio e 3 de nível superior, até 2011, que garantiu o direito à educação a um total de 164.894 educandos (BRASIL, 2015, p. 9).

É importante também ressignificar o conceito agricultura familiar, manifestando uma opinião contrária ao relatado pelo governo, que afirma ser uma negação do conceito de campesinato, ressaltando que deve ser rechaçado, porque o conceito em si carrega uma ideologia que afirma a hegemonia do agronegócio. Na verdade, o termo “agricultura familiar” é na verdade um fomento ao agronegócio que podemos denominar de agronegocinho. Afirma que o termo propício é lembrar que somos pessoas que vivem no campo e retiramos dele o sustendo, características que devem ser reconhecidas pelo termo camponeses, dessa, nem precisa explicação, a palavra já reflete a origem.

Em primeiro lugar, o interesse por todo o segmento de luta precisa apresentar uma compreensão dos objetivos a serem buscados. Precisa entender que nossa luta é um processo e tem muitos anos de militância para alcançar as conquistas que temos hoje. O Estado Brasileiro sabe que nos dias atuais qualquer medida a ser tomada, referente ao campesino, provoca uma reação.

Dessa forma, gera certo receio com o setor quanto à aprovação de políticas públicas direcionadas a ele. Com isso, o campesinato (contrapondo aqui ao termo agricultura familiar), ao se reerguer das cinzas, com os vários programas já mencionados, deu suporte e de certa forma também aqueles que estavam desacreditados do campo começaram a ter esperança de novo.

Em relação à política pública direcionada para conter o êxodo rural, nota-se que o camponês detém os recursos necessários para a produção, ou seja, a terra e a força de trabalho, diferente do operário na cidade, que depende de terceiros para realizar uma atividade laboral. Contudo, o camponês, além da terra e da força de trabalho, depende das condições de clima, recursos hídricos e financiamento. Quando falta uma dessas condições, essenciais à sua produção há um esfacelamento do meio rural, pois só a terra e a força de trabalho não garantem a sua permanência e sobrevivência no campo. Assim, sem o apoio necessário, essas famílias encontram muitas dificuldades para permanecerem cultivando e produzindo em suas terras.

A sociedade água-docense constantemente discute as questões relacionadas às chances de se libertarem da dependência dessas políticas para a zona rural. Acreditam que não podem abrir mão de suas conquistas, pois isso representaria um retrocesso. Afinal foram anos de luta para alcançarem os avanços que tanto contribuíram para melhorar suas vidas. Esperam que se o governo deixar de investir em políticas para o campo estão cientes que voltaram a se organizar para alcançar novamente os ganhos conquistados.

Para ressaltar as conquistas, merece atenção as referências que os produtores fizeram ao que chamaram de “vida digna”. No ponto de vista desses produtores, a opinião de um deles deve ser ressaltada. Assim expressou:

“via digna é diferente de sobreviver, pois a sobrevivência não é vida digna, a vida digna é sentir bem consigo mesmo. Não ser preciso se sujeitar à mendicância, esmolar, ou se sujeitar a favores em troca de um prato de comida. É ser respeitado e, se necessário, ninguém se humilhar por um emprego, venda de votos, moradia, ou um chão para pisar. Vida é ter honradez de ser pessoa no sistema sem constrangimento do ser cidadão da zona rural. A realização de tudo isso é vida digna, porém, se não existem essas características, o que acontece é sobrevivência.

4.4 O FORTALECIMENTO DAS ASSOCIAÇÕES COM A APLICAÇÃO DAS VENDAS DA PRODUÇÃO

De certo que, as associações também têm vivido momentos conquistados com os resultados de suas lutas. Sempre trabalhando em união, traçando planos e alcançando metas. O fortalecimento desse tipo de organização faz do agricultor

familiar o centro de convivência com pessoas que tenham participação nas mesmas ações. O investimento nessa forma de trabalho, ao longo de dez anos, trouxe ao município mais de R\$ 1.000.000,00 (um milhão) em investimentos no comércio municipal. Segundo o sindicato rural, as vendas das produções promoveram a consolidação dos incentivos à continuidade do desenvolvimento. E esse dinheiro circula no próprio município, trazendo progresso ao homem do campo, e a melhoria do comércio em geral, essa é a visão do líder do sindicato entrevistado.

Os dados da CONAB do Espírito permitem constatar alguns efeitos das conquistas da Associação do Alto Bom Jesus. Ao se articularem política e socialmente, os agricultores associados conseguiram romper com uma barreira, pois vendiam seus produtos somente no município. A partir do PAA, passaram a comercializar na CEASA, em Vitória, cujo montante de vendas cresceu para R\$ 58.354,75 só em 2015. Assim, passaram a ter destino certo para comércio de sua produção. Essa situação indica que o trabalho colaborativo tende a dar certo e que cooperação entre os agricultores familiares é condição essencial para fortalecimento da classe, bem como para melhoria em suas condições sociais. Nos Quadros 5, 6, 7 e 8 apresentam os resultados relativos ao ano de 2015. Esses dados representam as vendas realizadas exclusivamente para a Ceasa de Vitória. Importante informar que existiram outros pontos de vendas, o que indica que o montante de valores arrecadados com a comercialização de sua produção foi superior ao dado informando. Esses são dados de apenas uma associação.




Agricultura e abastecimento em boa companhia de Aquisição de Alimentos

Consulta:

Ano:

Modalidade:

Origem do Recurso:

UF:

Município do Proponente*:

* Campos obrigatórios

Ano: 2015
 Modalidade: CPR-Doação
 Origem do Recurso: MDS - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
 UF: ES - Município: Água Doce do Norte
 Data da consulta: 01/09/2016 Hora da consulta: 15:42:03

| CPR | CNPJ | Entidade Proponente | Data de Vencimento | Valor Total R\$ |
|-----------------|--------------------|--|--------------------|------------------|
| ES/2015/02/0005 | 97.521.600/0001-37 | ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES RURAIS DO ALTO BOM JESUS | 13/05/2016 | 58.354,75 |
| Total | | | | 58.354,75 |

Os dados ora disponibilizados podem sofrer alterações a qualquer momento, determinada pela dinâmica da atividade agrícola.

Quadro 5 – Resumo das vendas do ano de 2015 dos produtores da Associação do Alto Bom Jesus
 Fonte: Conab, 2016


Transparência Pública do PAA - Programa de Aquisição de Alimentos
 Agricultura e abastecimento em boa companhia


Ano: 2015
 Modalidade: CPR-Doação
 Origem do Recurso: MDS - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
 UF: ES Município: Água Doce do Norte
 CPR: ES/2015/02/0005
 Data da consulta: 01/09/2016 Hora da consulta: 15:43:32

Consumidores

| UF | Município | Entidade Consumidora | Endereço | Categoria |
|----|-----------|---------------------------------------|-------------------|-----------|
| ES | VITÓRIA | SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO SESC AR ES | PRAÇA MISAEL PENA | OUTROS |

Os dados ora disponibilizados podem sofrer alterações a qualquer momento, determinada pela dinâmica da atividade agrícola.

Quadro 6 – Consumidores da Produção da Associação do Alto Bom Jesus
Fonte: Conab, 2016


Transparência Pública do PAA - Programa de Aquisição de Alimentos
 Agricultura e abastecimento em boa companhia

Ano: 2015
 Modalidade: CPR-Doação
 Origem do Recurso: MDS - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
 UF: ES Município: Água Doce do Norte
 CPR: ES/2015/02/0005
 Data da consulta: 01/09/2016 Hora da consulta: 15:38:43

Produtos

| Produto | Quantidade em Kg |
|--|------------------|
| ABACATE> QUINTAL | 2.905,00 |
| BANANA> DA TERRA | 1.108,20 |
| BANANA> NÂNICA | 6.982,00 |
| BANANA> PRATA | 5.331,86 |
| COCO> SECO | 300,00 |
| COCO> VERDE | 5.299,00 |
| INHAME> EXTRA | 300,00 |
| JACA> (Classificação sem características) | 3.016,86 |
| LARANJA> BAHIA | 238,50 |
| LARANJA> LIMA | 258,00 |
| LARANJA> PERA | 428,00 |
| LARANJA> SELETA | 495,00 |
| LIMÃO> GALEGO | 47,00 |
| MANGA> (Classificação sem características) | 15.698,00 |
| RAIZ DE MANDIOCA> AIPIM COM CASCA | 5.301,04 |

Os dados ora disponibilizados podem sofrer alterações a qualquer momento, determinada pela dinâmica da atividade agrícola.

Quadro 7 - Produtos vendidos pela Associação do Alto Bom Jesus
Fonte: Conab, 2016


Transparência Pública do PAA - Programa de Aquisição de Alimentos
 Agricultura e abastecimento em boa companhia

Ano: 2015
 Modalidade: CPR-Doação
 Origem do Recurso: MDS - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
 UF: ES Município: Água Doce do Norte
 CPR: ES/2015/02/0005
 Data da consulta: 01/09/2016 Hora da consulta: 15:44:51

Fornecedores

| UF | Município | Fornecedor | DAP | Categoria |
|----|--------------------|-----------------------------------|---------------------------|---------------------|
| ES | ÁGUA DOCE DO NORTE | ADELAIR SIQUEIRA DA SILVA | | AGRICULTOR FAMILIAR |
| ES | ÁGUA DOCE DO NORTE | ADEMAR SUDRE MAXIMINO | SAF0009308766774916451346 | AGRICULTOR FAMILIAR |
| ES | ÁGUA DOCE DO NORTE | ADILSON DE ALMEIDA PRADO | SDW0046001977550509120923 | AGRICULTOR FAMILIAR |
| ES | ÁGUA DOCE DO NORTE | AIR PRADO | SDW0780045947001702110142 | AGRICULTOR FAMILIAR |
| ES | ÁGUA DOCE DO NORTE | ALGEMIRO SILVA | SDW0378157257910712121018 | AGRICULTOR FAMILIAR |
| ES | ÁGUA DOCE DO NORTE | ANA CABRAL DE OLIVEIRA | SDW0284269089341312120315 | AGRICULTOR FAMILIAR |
| ES | ÁGUA DOCE DO NORTE | CIRLENE FIGRA DE OLIVEIRAEI | SDW811424967001801130719 | AGRICULTOR FAMILIAR |
| ES | ÁGUA DOCE DO NORTE | JOARI ROSA DE OLIVEIRA | | AGRICULTOR FAMILIAR |
| ES | ÁGUA DOCE DO NORTE | MARINEI SATURNINO | SDW0005223207752809100247 | AGRICULTOR FAMILIAR |
| ES | ÁGUA DOCE DO NORTE | MARLENE ALVES DE ALMEIDA OLIVEIRA | SDW0877898417341804120128 | AGRICULTOR FAMILIAR |
| ES | ÁGUA DOCE DO NORTE | OZIEL DE OLIVEIRA | SDW0090125117801601130407 | AGRICULTOR FAMILIAR |

Os dados ora disponibilizados podem sofrer alterações a qualquer momento, determinada pela dinâmica da atividade agrícola.

Quadro 8 - Produtores beneficiados
Fonte: Conab, 2016

A Associação do Alto Bom Jesus é uma organização que mais se destacou nos ganhos obtidos por meio do PAA, assim está sendo considerada um modelo a ser seguido. Suas ações serviriam de estímulo para outras entidades agrícolas.

Pode-se verificar que, de modo geral, os produtores da agricultura familiar estão sempre informando como podem melhorar suas produções, elevando os níveis de produtividade, de preservação dos recursos naturais e de seu processo de comercialização. Resultado disso é a evolução apresentada em seus negócios, como pode ser visualizado nos Quadros 6, 7 e 8. O aumento nas vendas possibilitou melhoria nas condições de moradia, conforto e lazer. Mencionaram que puderam adquirir móveis, vestuários e até viajar para visitar parentes em outro estado, já que são capazes de planejar e cumprir seus planos.

Nos últimos doze anos, o município vem sendo contemplado com políticas públicas. Desde 2004, 692 famílias já se encontravam organizadas em associações e usufruíam dos benefícios concedidos. Entretanto, vale lembrar que algumas associações ainda estão em processo de organização. Portanto ainda não alcançaram um nível de satisfação como Alto Bom Jesus.

Entre minifúndio, pequena, média e grandes propriedades, Água Doce do Norte tem o total de 1.397 (mil trezentos e noventa e sete), nas quais se encontram toda a população rural do município. O governo disponibilizou um programa para legalizar os documentos territoriais rurais, porém ainda há pequenos proprietários que não fizeram as legalizações necessárias, fato que se constitui numa barreira impeditiva para conseguir cadastro nos programas de incentivos à produção e vendas. Essas famílias sobrevivem do trabalho familiar, mais não conseguem ampliá-lo por ausência de permissão documentária (INCAPER, 2015)

Ao observar as reuniões das associações, coletamos depoimentos de agricultores que afirmaram que suas famílias vivem totalmente com a renda proveniente da sua produção e utilizam exclusivamente mão-de-obra própria. Possuem em sua comunidade todo o apoio de que necessitam, inclusive acesso à escola para os filhos e quando necessário, utilizam transporte escolar para outras localidades. Os

estudantes frequentam a escola das comunidades até o ensino fundamental. O ensino médio é cursado nas escolas da sede do município.

Os alunos especiais recebem os cuidados garantidos por lei, incluindo transporte exclusivo. Quando os filhos se destacam no âmbito escolar e desejam fazer a graduação, utilizam o Pronera para acessar vagas nas universidades públicas do país. Compreendem que é preciso se qualificar e retornar para se inserir no grupo familiar, somando esforços na produção de alimentos. Aí vão colocando em prática seus conhecimentos, em benefícios de sua comunidade.

A investigação permitiu a inserção na realidade vivida no dia a dia desses produtores. Daí foi possível registrar relatos referentes aos fatores tempo, espaço físico e acessibilidade para toda a família. Revelaram que os filhos que precisam de assistência da Pestalozzi não são excluídos por viverem na zona rural, direito garantido pela Lei 9394/96. Essas constatações indicam que esse grupo de micro e pequenos proprietários se tornaram sujeitos de sua história, confirmando que as lutas dos camponeses não foram de fáceis soluções, mas que foram possíveis.

É facilmente observável o aumento na produção e nos bens de serviços, bem como as mudanças comportamentais das famílias que buscaram o crescimento econômico por meio das políticas do PAA e do Pronaf. A maioria das famílias que apresentaram resultados positivos, nesse recorte temporal da pesquisa, tem sua atividade de trabalho, essencialmente, no setor agrícola. Portanto, surgiu uma mudança significativa no panorama social dos agricultores familiares da região, que se tornaram protagonistas ao se articularem na luta pelas conquistas de direitos. Rememorando a história, os enfoques de desenvolvimento rural nas décadas de 1960 e 1970 se baseavam na transferência de tecnologias e na ausência de participação dos supostos beneficiários, que eram meros reprodutores das ações desde a elaboração até a execução dos projetos (VERDEJO, 2006, p. 7).

No final da década de 70, o fracasso da "transferência tecnológica" causou uma mudança radical de estratégias: o conhecimento das condições locais, dos grupos beneficiários e de suas tradições se transformou no enfoque principal da identificação e planejamento de projetos de desenvolvimento rural. Utilizando métodos tradicionais de pesquisa, como questionários e análises de dados regionais, foram geradas enormes quantidades de dados que acabaram não tendo como ser geridos e se transformaram em "cemitérios de dados".

De acordo com relatos dos sujeitos investigados, os jovens retornam de seus cursos de formação e são engajados nos estudos e no trabalho do campo, ampliando cada vez mais a geração de renda dessas localidades. Buscam se concentrar nas propriedades rurais com o cultivo do café, produtos hortigranjeiros e trazem novas tecnologias para processar e industrializar os produtos agrícolas, como: polpas de frutas; farinha de mandioca; polvilho; doces; pó de café; linguiças; mel; própolis; melaço; açúcar mascavo; queijos e derivados; pão caseiro e outros. Alguns desses alimentos (mel, polpa de frutas e pó de café) são produtos que receberam o selo de garantia de qualidade e estão sendo comercializados também nos supermercados. Essa diversificação e processamento dos alimentos agregam valor comercial aos produtos desenvolvidos pelos próprios produtores rurais. Inclusive alguns deles já têm registro para comercialização fora do município. Essas informações foram pontuadas pelos representantes da Associação dos Produtores Rurais 2016.

Um fato importante a ser mencionado diz respeito às transformações nas moradias rurais. O município já conta com quatro remessas de moradias construídas em 10 anos de luta, que somam 117 residências finalizadas e 21, em construção. Todo esse empreendimento soma no comércio do município R\$ 3.000.297,00 (três milhões e duzentos e noventa e sete reais) em material de construção gastos no comércio. Também favorece a geração de empregos para a construção civil e fortalece a permanência e a estabilidade das famílias beneficiadas, além de estimular condições para manter a organização de classes, fato que antes não acontecia. Importante ressaltar que o objetivo da luta ultrapassa a aquisição de moradias rurais (STR, 2016).

Nas reuniões com os associados, constatou-se que há sempre uma preocupação com as organizações sociais por parte do sindicato rural. Existe uma constante preocupação em manter as comunidades informadas. Essa medida consiste em iniciativas que articulam a política e a governança necessárias para a execução dos programas essenciais ao homem do campo. Pois, se trata de uma construção social e política que demanda apoio da coletividade. Para tanto, torna-se necessária a articulação permanente com entes do Estado.

Assim, é imprescindível que as demandas comunitárias sejam debatidas no interior das organizações e dos movimentos sociais, para que posteriormente sejam publicitadas as informações, sejam realizadas as capacitações para o gerenciamento dos projetos, que devam contar com o apoio da assistência técnica governamental e com subsídios para as infraestruturas necessárias e para a gestão social dos projetos.

4.5 RESULTADO DA COMPRA DA MERENDA ESCOLAR DIRETA DA AGRICULTURA FAMILIAR

No site do FNDE, é possível visualizarmos os valões financeiros repassados do governo federal para o município, diretamente para a merenda escolar. Esse montante é destinado à compra de toda a alimentação das escolas de ensino fundamental, dos fornecedores municipais. A Tabela 4 a seguir retrata o montante investido no município de Água Doce do Norte no ano de 2015.

Tabela 4 - Repasse de verbas do FNDE

| Repasse de verbas do FNDE | | | | | |
|----------------------------------|---------------|--------------------|----------------------------|-----------------|-------------------------------|
| Ano | Estado | Município | ESF. Administrativa | Programa | Valor Monetário (R\$) |
| 2015 | ES | Água Doce do Norte | Municipal | PNACN | 19.000,00 |
| 2015 | ES | Água Doce do Norte | Municipal | PNAEE | 7.400,00 |
| 2015 | ES | Água Doce do Norte | Municipal | PNAEN | 1.752,00 |
| 2015 | ES | Água Doce do Norte | Municipal | PNAFN | 95.120,00 |
| 2015 | ES | Água Doce do Norte | Municipal | PNAPN | 36.300,00 |
| 2015 | ES | Água Doce do Norte | Municipal | PN+FN | 8.400,00 |
| Total: | | | | | 167.972,00 |

Fonte: FNDE/2016

Em entrevista com a Secretária de Educação tivemos acesso ao somatório de reais investidos na compra de merenda escolar que foi repassado pelo FNDE e pago aos agricultores familiares. O programa tem a finalidade de comprar, no mínimo, 30% dos alimentos produzidos pelos agricultores locais (Tabela 5). Contudo, a demanda, tem crescido e as vendas aumentaram de 30% para 80%, somente pelos agricultores familiares do município. Esse aumento se deveu à ampliação da produção familiar.

Os dados da Tabela 5 a seguir apresentam toda a movimentação financeira realizada em 2015, demonstrando os valores repassados para cada produtor rural de Água Doce do Norte escritos no programa PAA, para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

Tabela 5 -Valores transferidos aos produtores de Água Doce do Norte por meio do PNAE

| Identificação de Transferência | | | | | |
|---------------------------------------|---------------------------------------|----------|--------------------|----------------|--------------------------|
| Programa: | PROG. NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR | Tipo de | Repasse | Transferência: | Alimentação Escolar/2015 |
| Entidade: | PREF. MUN. DE ÁGUA DOCE DO NORTE | CNPJ | 31.796.626/0001-80 | Vigência: | 01/01/2015-31/12/2015 |
| Município/ UF | ÁGUA DOCE DO NORTE- ES | Situação | Adimplente | Prazo para PC: | 01/04/2016 |

Relação de pagamento

| Documento de Favorecimento | | | | Documento de Despesa | | |
|----------------------------|---------------|----------------------------|------------------------|------------------------|------------|--------------|
| Nº ordem | Tipo | Nome | CNPJ/CPF | Tipo | Data | Valor (R\$) |
| 1 | Transferência | Silvano Pereira | Vieira 127.049.367-14 | Nota fiscal Eletrônica | 17/08/2015 | 2.243,00 |
| 2 | Transferência | Ademir Prado | Almeida 979.075.537-68 | Nota fiscal Eletrônica | 11/11/2015 | 600,00 |
| 3 | Transferência | Ascendino Rodrigues | 089.201.027-40 | Nota fiscal Eletrônica | 10/08/2015 | 1.378,00 |
| 4 | Transferência | Regiane Pereira | Vieira 109.615.687-39 | Nota fiscal Eletrônica | 10/11/2015 | 1.325,00 |
| 5 | Transferência | Charles Rodrigues | 146.935.667-80 | Nota fiscal Eletrônica | 06/05/2015 | 2.588,00 |
| 6 | Transferência | Adilson Batista da Silva | 071.409.317-39 | Nota fiscal Eletrônica | 17/08/2015 | 2.392,00 |
| 7 | Transferência | Silvano Pereira | Vieira 127.049.367-14 | Nota fiscal Eletrônica | 09/11/2015 | 2.713,00 |
| 8 | Transferência | Marcos Serqueira | 075.789.307-45 | Nota fiscal Eletrônica | 01/10/2015 | 1.717,56 |
| 9 | Transferência | Adilson Batista da Silva | 071.409.317-39 | Nota fiscal Eletrônica | 08/05/2015 | 2.013,00 |
| 10 | Transferência | Dilair Alves | 031.576.467-88 | Nota fiscal Eletrônica | 08/06/2015 | 1.966,70 |
| 11 | Transferência | Ascendino Rodrigues | 089.201.027-40 | Nota fiscal Eletrônica | 08/06/2015 | 635,05 |
| 12 | Transferência | Sebastião Estevam da Costa | 616.038.306-00 | Nota fiscal Eletrônica | 24/07/2015 | 1.776,67 |
| 13 | Transferência | Jovelino Rodrigues Correia | 003.714.807-95 | Nota fiscal Eletrônica | 17/08/2015 | 4.002,00 |
| 14 | Transferência | Patricia Serqueira | Alves 147.234.427-82 | Nota fiscal Eletrônica | 05/05/2015 | 3.415,00 |
| 15 | Transferência | Silvano Pereira | Vieira 127.049.367-14 | Nota Fiscal Eletrônica | 17/08/2015 | 2.243,00 |
| 16 | Transferência | Air Prado | 780.045.947-00 | Nota Fiscal Eletrônica | 17/08/2015 | 1.457,50 |
| 17 | Transferência | Silvano Vieira | | Nota Fiscal | | |

| | | | | | | | |
|----|---------------|-------------------|------------------|----------------|-------------|------------|----------|
| | | Pereira | | 127.049.367-14 | Eletrônica | 09/11/2015 | 2.713,00 |
| 18 | Transferência | Regiane | Vieira | | Nota Fiscal | | |
| | | Pereira | | 109.615.687-39 | Eletrônica | 17/08/2015 | 869,00 |
| 19 | Transferência | Silvia | Fernandes | | Nota Fiscal | | |
| | | | | 031.578.347-89 | Eletrônica | 17/08/2015 | 2.293,50 |
| 20 | Transferência | Patricia | Alves | | Nota Fiscal | | |
| | | Serqueira | | 147.234.427-82 | Eletrônica | 14/09/2015 | 1.281,83 |
| 21 | Transferência | Jovelino | | | Nota Fiscal | | |
| | | Rodrigues | Correia | 003.714.807-95 | Eletrônica | 17/08/2015 | 4.002,00 |
| 22 | Transferência | Dilair | Alves | | Nota Fiscal | | |
| | | | | 031.576.467-88 | Eletrônica | 04/05/2015 | 650,00 |
| 23 | Transferência | Patricia | Alves | | Nota Fiscal | | |
| | | Serqueira | | 147.234.427-82 | Eletrônica | 17/08/2015 | 6.151,50 |
| 24 | Transferência | Sebastiao | Alves | | Nota Fiscal | | |
| | | Barbosa | | 940.319.407-34 | Eletrônica | 10/11/2015 | 1.565,00 |
| 25 | Transferência | Sebastiao | Alves | | Nota Fiscal | | |
| | | Barbosa | | 940.319.407-34 | Eletrônica | 17/08/2015 | 1.294,00 |
| 26 | Transferência | Sebastiao | Alves | | Nota Fiscal | | |
| | | Barbosa | | 940.319.407-34 | Eletrônica | 08/05/2015 | 1.209,50 |
| 27 | Transferência | Adilson | Batista da | | Nota Fiscal | | |
| | | Silva | | 071.409.317-39 | Eletrônica | 17/08/2015 | 2.392,00 |
| 28 | Transferência | Luzia de Oliveira | Sudre da Costa | | Nota Fiscal | | |
| | | | | 094.601.347-00 | Eletrônica | 31/08/2015 | 2.336,99 |
| 29 | Transferência | Osvaldo | Messias | | Nota Fiscal | | |
| | | Rodrigues | | 034.721.437-11 | Eletrônica | 17/08/2015 | 1.312,00 |
| 30 | Transferência | Patricia | Alves | | Nota Fiscal | | |
| | | Serqueira | | 147.234.427-82 | Eletrônica | 17/08/2015 | 6.151,50 |
| 31 | Transferência | Joaquim | Fernandes Filho | | Nota Fiscal | | |
| | | | | 674.601.517-34 | Eletrônica | 10/08/2015 | 1.312,47 |
| 32 | Transferência | Regiane | Vieira | | Nota Fiscal | | |
| | | Pereira | | 109.615.687-39 | Eletrônica | 10/11/2015 | 1.325,00 |
| 33 | Transferência | Ascendino | Rodrigues | | Nota Fiscal | | |
| | | | | 089.201.027-40 | Eletrônica | 06/05/2015 | 1.818,50 |
| 34 | Transferência | Alair | Cassimiro | | Nota Fiscal | | |
| | | Ferreira | | 925.752.856-15 | Eletrônica | 17/08/2015 | 1.047,00 |
| 35 | Transferência | Silvia | Fernandes | | Nota Fiscal | | |
| | | | | 031.578.347-89 | Eletrônica | 17/08/2015 | 2.293,50 |
| 36 | Transferência | Sebastiao | Alves | | Nota Fiscal | | |
| | | Barbosa | | 940.319.407-34 | Eletrônica | 08/05/2015 | 1.209,50 |
| 37 | Transferência | Marcos | Serqueira | | Nota Fiscal | | |
| | | | | 075.789.307-45 | Eletrônica | 09/11/2015 | 4.400,00 |
| 38 | Transferência | Air | Prado | | Nota Fiscal | | |
| | | | | 780.045.947-00 | Eletrônica | 05/05/2015 | 977,50 |
| 39 | Transferência | Osvaldo | Messias | | Nota Fiscal | | |
| | | Rodrigues | | 034.721.437-11 | Eletrônica | 11/11/2015 | 2.586,00 |
| 40 | Transferência | Luzia de Oliveira | Sudre da Costa | | Nota Fiscal | | |
| | | | | 094.601.347-00 | Eletrônica | 07/05/2015 | 561,00 |
| 41 | Transferência | Air | Prado | | Nota Fiscal | | |
| | | | | 780.045.947-00 | Eletrônica | 17/08/2015 | 1.457,50 |
| 42 | Transferência | Sebastiao | Estevam da Costa | | Nota Fiscal | | |
| | | | | 616.038.306-00 | Eletrônica | 06/05/2015 | 2.879,00 |
| 43 | Transferência | Ademir | Almeida | | Nota Fiscal | | |
| | | Prado | | 979.075.537-68 | Eletrônica | 05/05/2015 | 1.213,00 |
| 44 | Transferência | Filipe | Brunno | | Nota Fiscal | | |
| | | Patricio | Roberto | 145.864.837-09 | Eletrônica | 04/05/2015 | 1.034,70 |
| 45 | Transferência | Patricia | Alves | | Nota Fiscal | | |
| | | Serqueira | | 147.234.427-82 | Eletrônica | 05/05/2015 | 3.415,00 |
| 46 | Transferência | Ademir | Almeida | | Nota Fiscal | | |
| | | Prado | | 979.075.537-68 | Eletrônica | 17/08/2015 | 783,50 |
| 47 | Transferência | Marcos | Serqueira | | Nota Fiscal | | |
| | | | | 075.789.307-45 | Eletrônica | 17/08/2015 | 2.046,00 |
| 48 | Transferência | Joaquim | Fernandes Filho | | Nota Fiscal | | |
| | | | | 674.601.517-34 | Eletrônica | 10/08/2015 | 1.312,47 |
| 49 | Transferência | Air | Prado | | Nota Fiscal | | |
| | | | | 780.045.947-00 | Eletrônica | 05/05/2015 | 977,50 |

| | | | | | | |
|--------------|---------------|----------------------------------|----------------|------------------------|------------|-----------------------|
| 50 | Transferência | Ademir Almeida Prado | 979.075.537-68 | Nota Fiscal Eletrônica | 17/08/2015 | 783,50 |
| 51 | Transferência | Marcos Serqueira | 075.789.307-45 | Nota Fiscal Eletrônica | 09/11/2015 | 4.400,00 |
| 52 | Transferência | Osvaldo Messias Rodrigues | 034.721.437-11 | Nota Fiscal Eletrônica | 11/11/2015 | 2.586,00 |
| 53 | Transferência | Sebastiao Alves Barbosa | 940.319.407-34 | Nota Fiscal Eletrônica | 17/08/2015 | 1.294,00 |
| 54 | Transferência | Regiane Vieira Pereira | 109.615.687-39 | Nota Fiscal Eletrônica | 17/08/2015 | 869,00 |
| 55 | Transferência | Patricia Alves Serqueira | 147.234.427-82 | Nota Fiscal Eletrônica | 09/11/2015 | 1.580,00 |
| 56 | Transferência | Osvaldo Messias Rodrigues | 034.721.437-11 | Nota Fiscal Eletrônica | 17/08/2015 | 1.312,00 |
| 57 | Transferência | Jovelino Rodrigues Correia | 003.714.807-95 | Nota Fiscal Eletrônica | 10/11/2015 | 7.038,00 |
| 58 | Transferência | Luzia de Oliveira Sudre da Costa | 094.601.347-00 | Nota Fiscal Eletrônica | 17/08/2015 | 1.244,00 |
| 59 | Transferência | Adilson de Almeida Prado | 046.001.977-55 | Nota Fiscal Eletrônica | 31/08/2015 | 1.215,39 |
| 60 | Transferência | Luzia de Oliveira Sudre da Costa | 094.601.347-00 | Nota Fiscal Eletrônica | 17/08/2015 | 1.244,00 |
| 61 | Transferência | Adilson Batista da Silva | 071.409.317-39 | Nota Fiscal Eletrônica | 08/05/2015 | 2.013,00 |
| 62 | Transferência | Sebastiao Alves Barbosa | 940.319.407-34 | Nota Fiscal Eletrônica | 10/11/2015 | 1.565,00 |
| 63 | Transferência | Adilson de Almeida Prado | 046.001.977-55 | Nota Fiscal Eletrônica | 10/08/2015 | 2.168,50 |
| 64 | Transferência | Alair Cassimiro Ferreira | 925.752.856-15 | Nota Fiscal Eletrônica | 17/08/2015 | 1.047,00 |
| 65 | Transferência | Jovelino Rodrigues Correia | 003.714.807-95 | Nota Fiscal Eletrônica | 10/11/2015 | 7.038,00 |
| 66 | Transferência | Ademir Almeida Prado | 979.075.537-68 | Nota Fiscal Eletrônica | 05/05/2015 | 1.213,00 |
| 67 | Transferência | Filipe Brunno Patricio Roberto | 145.864.837-09 | Nota Fiscal Eletrônica | 17/08/2015 | 1.488,50 |
| 68 | Transferência | Ascendino Rodrigues | 089.201.027-40 | Nota Fiscal Eletrônica | 10/08/2015 | 1.378,00 |
| 69 | Transferência | Marcos Serqueira | 075.789.307-45 | Nota Fiscal Eletrônica | 05/05/2015 | 2.440,00 |
| 70 | Transferência | Charles Rodrigues | 146.935.667-80 | Nota Fiscal Eletrônica | 06/05/2015 | 2.588,00 |
| 71 | Transferência | Adilson de Almeida Prado | 046.001.977-55 | Nota Fiscal Eletrônica | 10/08/2015 | 2.168,50 |
| 72 | Transferência | Marcos Serqueira | 075.789.307-45 | Nota Fiscal Eletrônica | 05/05/2015 | 2.440,00 |
| 73 | Transferência | Sebastiao Estevam da Costa | 616.038.306-00 | Nota Fiscal Eletrônica | 06/05/2015 | 2.879,00 |
| Total | | | | | | R\$ 152.118,83 |

Fonte: Setor de Contabilidade da Prefeitura de Água Doce do Norte/ES

Esses produtores familiares estão devidamente cadastrados para a entrega diária de suas produções. A Secretaria de Educação, em parceria com os mesmos, faz um calendário de entrega. A partir daí inicia-se o trabalho da nutricionista, que elabora

um cardápio com a atenção voltada para a saúde dos alunos, pois a compra da merenda escolar do município tem metas de combate à má alimentação das crianças do ensino fundamental. Cabe à nutricionista realizar os cardápios diários e selecionar os produtos a serem comprados.

O FNDE repassou o quantitativo de R\$ 167.972,00 para o município de Água Doce do Norte para a implementação do programa de compra de merenda escolar originada da produção familiar. Deste total, 9% foram pagos pelo FNDE aos comerciantes locais e 91% foram pagos ao PAA (Figura 3).

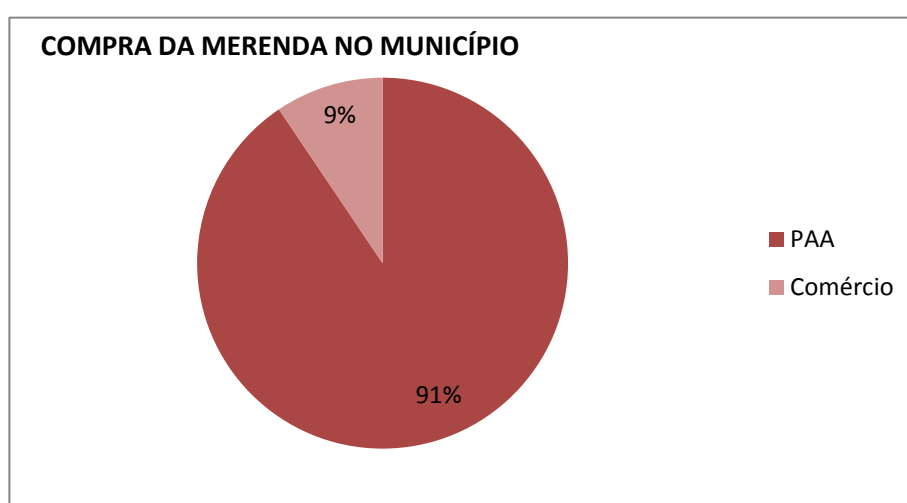


Gráfico 3 - Pagamento ao PAA e ao comércio local
Fonte: Autora, 2016

Os dados apresentados objetivaram demonstrar que as políticas públicas direcionadas para a zona rural têm alcançado êxito ao contribuir para o desenvolvimento desses agricultores, fato que apoia a manutenção dessas comunidades em suas terras, com condições dignas.

Diante dos relatos, pode-se correlacionar o crescimento econômico daquelas pessoas à implementação das políticas públicas, mais especificamente ao PAA, PRONERA e Pronaf, programas advindos das lutas contra o êxodo rural, que se efetivaram e trouxeram os resultados na medida em que possibilitaram uma melhor distribuição da renda que antes era concentrada nos proprietários de maior porte. Sem essas políticas de apoio e incentivo, dificilmente os agricultores familiares teriam saído da situação de exclusão gerada pelo antigo sistema de gestão.

Para as famílias, os resultados representam os frutos de trabalho intenso e da união, em que a busca e as lutas proporcionaram conquistas. Dessa forma, puderam romper com um passado de sofrimento e desafios que foi substituído pelo surgimento de novas oportunidades para a construção de alicerces sólidos em um modelo de sociedade promovido por ações democráticas, voltada para o bem comum e não pela ganância própria das sociedades capitalistas, onde o lucro é o objetivo final.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A diversificação do cultivo possibilita maior estabilidade na renda dos camponeses, e um dos caminhos utilizados para romper as barreiras e sair do anonimato foi à busca pelo conhecimento de novas técnicas de manejo. Mas ainda faltava algo para uma conexão com o sistema gerador de renda que foi superada com os programas alvo deste estudo: PAA, PRONAF, PRONERA e PNHR.

O acompanhamento das reuniões das associações e entrevistas *in loco* permitiu verificar que as práticas de trabalho são baseadas na união dos associados e, por isso, proporcionam mais organização para a agricultura familiar. Essa realidade desencadeou o progresso rural, sendo visível o sucesso da atividade quando direcionada e planejada.

A interação entre comunidade, Sindicato do Produtor Rural, associações e outras instituições de classe organizadas, propiciará a geração de forças para a construção de novos programas que irão alavancar o desenvolvimento econômico, social, educacional e político da região. A eficácia dessa proposta de crescimento econômico do meio rural requer que as ações de demanda sejam contínuas, permanentes e contem com o comprometimento de toda a comunidade.

Os resultados da pesquisa demonstram que esses produtores encontram-se com um nível de elevada satisfação e que desenvolvem ações relativas ao mundo do trabalho em conjunto. Essa união serve de estímulo para promover um movimento que se dá em direção à construção de conhecimentos e do fortalecimento da classe.

As políticas públicas alvo deste estudo, possibilitam assegurar um desenvolvimento sustentável no setor rural, proporcionam melhoria na qualidade de vida e favorecem a inserção de atividades diversificadas na produção, além de oportunizar aos jovens do meio rural a qualificação necessária para darem prosseguimento ao trabalho familiar, pois diante de toda assistência recebida, podem direcionar atitudes sustentáveis para o desenvolvimento almejado.

Os camponeses consideram que essas conquistas ainda estão em evolução, mas que precisam participar de conferências, seminários e outros eventos que lhes trarão caminhos para promover o desenvolvimento com sustentabilidade, pois esse campo ainda é motivo de preocupação de todos que desejam permanecer na zona rural. Portanto, a proposta do sindicato rural juntamente com as associações é capacitar o homem do campo, em sua localidade de origem, o que contribuirá para a sua fixação nas pequenas propriedades e favorecerá a geração de produtos oriundos do próprio trabalho.

Também há proposta para colaborar com o aproveitamento dos recursos naturais já existentes no meio rural, técnica da agricultura sintrópica. Faz-se a plantação de árvores junto às hortaliças, com o crescimento da vegetação realiza a poda das folhas e galhos, para serem triturados e incorporados ao solo devolvendo a fertilidade e umidade efetiva. Tentativa culta de conseguir o necessário daquilo que precisa para produzir alimentos. Isto implica em considerarmos um gasto mínimo de energia, máquinas pesadas, agrotóxicos, fertilizantes químicos e outros adubos, trazidos de fora do sistema. A agricultura, dessa forma, passa a ser uma tentativa de harmonizar as atividades humanas com os processos naturais de vida, existentes em cada lugar de atuação.

Não há aqui a pretensão de esgotar o tema, pois os desafios são complexos e inesgotáveis. Restam aspectos que devem ser investigados nas questões tecnológicas, para aperfeiçoar a produção, como as técnicas de adubação do solo, que podem dobrar a produção e reduzir o consumo de água.

O município já está sendo agraciado com as mudanças das metas de produção em curto prazo e já foram encaminhadas as propostas em médio e em longo prazo; são propostas dependentes das políticas municipais que precisam ser discutidas nos movimentos sociais das as associações de agricultura familiar.

A zona rural de Água Doce do Norte já adquiriu certa estabilidade econômica. Contudo ainda existem algumas limitações, mas atualmente encontra-se mais segura e confiante para continuar crescendo.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Miriam e PINHEIRO, Leonardo Castro. **“Violência e Vulnerabilidade Social”**. In: FRAERMAN, Alicia (Ed.). *Inclusion Social y Desarrollo: Presidente y Futuro de La Comunidad Ibero Americana*. Madri: Comunica. 2003.

ABRAMOVAY, R.; MORELLO, T. f. **A democracia na raiz das novas dinâmicas rurais brasileiras**. International Conference Dynamics of Rural Transformations in Emerging Economies, April 14- 16, 2010, New Delhi, India.

ALVES, E.; SOUZA. G. & MARRA, R. Êxodo e sua contribuição à urbanização de 1950 a 2010. **Revista de Política Agrícola**. Ano XX – N. 2 – Abr./Maio/Jun.

EMBRAPA, DF. 2011. Disponível em:

<http://www.alice.cnptia.embrapa.br/bitstream/doc/910778/1/Exodoesuacontribuicao.pdf>

Acesso: 12 jul 2016.

ÁGUA DOCE DO NORTE, Lei Orgânica Municipal nº 001, de 5 de abril de 1990.

ARANTES, Rogério Bastos ; COUTO, Cláudio Gonçalves . **Constituição, governo e democracia no Brasil**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, 2006.

BARREIRA, Maria Cecília. **Avaliação participativa de programas sociais**. São Paulo: Veras, 2000.

BOSCHETTI, Ivanete. **Seletividade e Residualidade na Política de Assistência Social**. Novos Paradigmas da Política Social. Brasília: UNB, 2002.

BRANCO, Pedro Paulo M. B., **Juventude e Trabalho: desafios e perspectivas para as políticas públicas**. In: Abramo, H. W.; BRANCO, P. P. M. (orgs.). *Retratos da Juventude Brasileira: análises de uma pesquisa nacional*. São Paulo: Instituto de Cidadania/Fundação Perseu Abramo, 2008.

BRASIL. **Programa de aquisição de alimentos seguros**. Brasília: Conab. 2000.

Disponível em:

http://www.agricultura.gov.br/arq_editor/file/camaras_tematicas/Cooperativismo/3RO/App_Conab_Cooperativismo.pdf. Acesso em Abr. de 2016.

_____**BRASIL. Tribunal de Contas da União. Avaliação do TCU sobre o Projeto Agente Jovem** – Brasília: TCU, Secretaria de Fiscalização e Avaliação de Programas de Governo, 2004.

_____, **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado, 1988.

_____, **Lei nº 6.969**, Lei do Usucapião Especial, de Imóveis Rurais, 1981.

_____, **Lei Nº 9.394, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, 20 de dezembro de 1996.

_____, **Lei nº 11.947, Institui o Programa Nacional de Alimentação Escolar**, 16 de junho de 2009.

_____, **Lei nº 11.977, Habitação rural- programa minha casa minha vida**, 7 de julho de 2009.

_____, **Lei nº 11.718, Lei da aposentadoria rural**, 20 de junho de 2008.

_____. **Políticas públicas para a agricultura familiar**. Brasília, 2013.

_____. **II PNERA - relatório da II pesquisa nacional sobre a educação na reforma agrária**. INCRA: Brasília, 2015.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social-** uma crônica do salário. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

DAGNINO, Evelina. **Os movimentos sociais e a emergência de uma nova noção de cidadania**. In: Anos 90 - Política e sociedade no Brasil. Ed. Brasiliense, 1994.

CASTRO, Iná Elias de. GOMES, Paulo César da Costa. CORRÊA, Roberto Lobato. **Questões Atuais da Reorganização do Território**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

INSTITUTO CIDADANIA. **Fome Zero: uma proposta de política de segurança alimentar para o Brasil**. São Paulo, 2001.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Políticas públicas, questão agrária e desenvolvimento territorial rural no Brasil. In: GRISA, Catia. SCHNEIDER Sergio. **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2015.

GRISA, Catia. SCHNEIDER Sergio. **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2015.

GUAITOLINI, R.N., **Espaços plurativos da agricultura familiar em Domingos Martins, ES**. Dissertação de Mestrado. Ufes. 2015.

LOPES, Maria da Penha Gomes – **História, Geografia Organização Política do Município de Água Doce do Norte** – 1ª Ed. - 2007.

MARTINS, Natalino Ferraz. O crescimento da população humana: Uma ameaça. In: KUPSTAS, Márcia. (Org). **Ecologia em Debate**. São Paulo: Moderna, 1997.

MOLINA, M. C. A Constitucionalidade e a justiciabilidade do direito à educação dos povos do campo. In: SANTOS, Clarice Aparecida dos. (Org.). **Por uma educação do campo**. (Campo – Políticas Públicas – Educação, vol. 7). Brasília: Incra, MDA, 2008.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A Geografia das Lutas no Campo**. 6ª ed. São Paulo: Contexto, 1994.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do Espaço Habitado, Fundamentos Teórico e Metodológico da Geografia**. São Paulo: Hucitec, 1988.

SCHNEIDER, Sérgio. **Teoria Social, Agricultura Familiar e Pluriatividade**. Revista brasileira de ciências sociais - VOL. 18 Nº . 51, 2003.

SCHNEIDER, Sérgio. **Agricultura familiar e desenvolvimento rural endógeno: elementos teóricos e um estudo de caso**. In: Froehlich, J.M.; Vivien Diesel. (Org.). Desenvolvimento Rural - Tendências e debates contemporâneos. Ijuí: Unijuí, 2006

SENE, Eustáquio de; MOREIRA, João Carlos. **Geografia geral do Brasil: Espaço Geográfico e Globalização**. 2ª. Ed. reform. - São Paulo: Scipione, 2014.

SILVA, M. do S. **Os saberes do professorado rural: construídos na vida, na lida e na formação**. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Recife (UFPE), Recife, 2000.

SOPRANI, C. **Características regionais do campo capixaba: a contextualização a educação do campo, no campo do Espírito Santo**. In: Capacitação escola ativa: formação de professores, módulo II, introdução à educação do campo, p. 77-83. Espírito Santo: UFES/SEDU: nov. 2009.

VERDEJO, M. E. **Diagnóstico rural participativo: guia prático**. Brasília: Secretaria da Agricultura Familiar, 2006. Disponível em: <<http://www.bs.cca.ufsc.br/publicacoes/diagnosticoruralparticipativo.pdf>> Acesso em: 15 set. 2014.

VESENTINI, José William. **Sociedade e Espaço Geográfico Geral e do Brasil**. 37ª. São Paulo: Ática, 2014.

APÉNDICE

APÊNDICE A

ENTREVISTA COM OS PRODUTORES DA AGRICULTURA FAMILIAR

- 1) Como era caracterizado sua vida na zona rural desse município há 15 anos atrás?
- 2) Na sua opinião qual a relação entre aplicação das políticas públicas e o desenvolvimento?
- 3) Como você conheceu o PRONAF/ PAA/ PNAE/ PNHR/PRONERA ?
- 4) Qual é o seu conceito de agricultura familiar ?
- 5) Na sua opinião, as razões que têm estimulado o interesse por este segmento (agricultura familiar), em Água Doce?
- 6) Como estão os planos de trabalho em relação agricultura familiar?
- 5) PRONAF/ PAA/ PNAE/ PNHR/ PRONERA o município vivem sem estas políticas hoje?
- 6) A questão do trabalho melhorou?
- 7) Sobre o PRONAF/ PAA/ PNAE/ PNHR/ PRONERA, como você avalia esse programa na qualificação profissional?
- 8) O que você tem hoje que não tinha a 15 anos atrás?
- 9) O que é vida digna para você?

APÊNDICE B

COM GRADUADO EM DIREITO PELO PRONERA

- 1) Como água-docense gostaria de saber como você caracteriza a zona rural do município há 15 anos atrás? Tipos de produção e trabalho.
- 2) Na sua opinião qual a relação entre aplicação das políticas públicas e o Desenvolvimento do município?
- 3) Como você conheceu o PRONAF/ PAA/ PNAE/ PNHR/PRONERA ?
- 4) Qual é o seu conceito de agricultura familiar?
- 5) Na sua opinião, as razões que têm estimulado o interesse por este segmento (agricultura familiar), em Água Doce?
- 6) Qual a relação da política pública e a paralização do êxodo rural?
- 7) PRONAF/ PAA/ PNAE/ PNHR/ PRONERA o município vivem sem estas Políticas (programas), hoje?
- 8) PRONERA, como você avalia esse programa na qualificação ou realização profissional?
- 9) O que é vida digna para você?